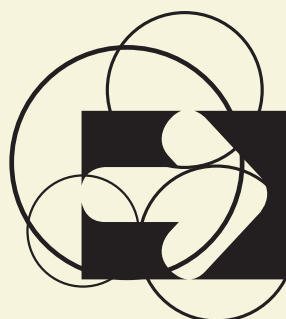




O Brasil e os sentidos geopolíticos da globalização



GEOPOLÍTICA 1



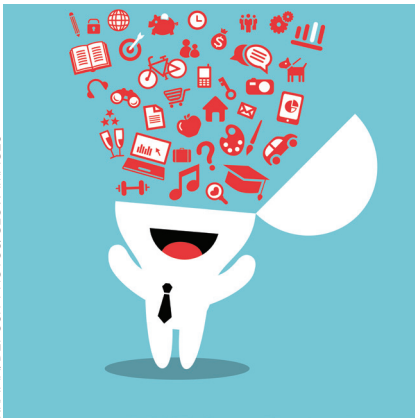
31760897/GLOW IMAGES



A globalização mata a noção de solidariedade, devolve o homem à condição primitiva do cada um por si e, como se voltássemos a ser animais da selva, reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada.

Por uma outra globalização, de Milton Santos, 2005.

KRAPIX/DEPOSIT PHOTOS/GLOW IMAGES



De que precisamos para viver?

Globalizações

O mundo que queremos

Quando uma população pobre é alfabetizada, passa a ter mais acesso a alimentação e informação, e eleva seu poder de compra, não há dúvida de que se torna mais feliz. Por isso, não deixa de ser promissor saber que, apesar de o número de miseráveis e pobres ainda ser alarmante, percentualmente, nos dias atuais, é menor do que em qualquer época desde as primeiras civilizações.

Segundo dados da Unesco (2014), há 774 milhões de adultos que não sabem ler e escrever, ou seja, pouco menos de 10% da humanidade. Um esforço de alfabetização mais significativo, mesmo na Europa, vingou somente a partir do século XX. Em 1850, mais de 75% da população espanhola era analfabeta, entre 40% e 50% na França e 45% e 50% na Bélgica. O que não dizer da Europa medieval?

Assim sendo, em que pese a extrema desigualdade atual (em 2014, 80 cidadãos possuíam a mesma riqueza que metade da humanidade),¹ a quantidade total de bens e serviços produzidos no século XXI permite alguns avanços sociais básicos, mesmo que mínimos e tímidos, a parte das classes excluídas. Não devemos nos esquecer de que, se dividirmos igualmente o PIB mundial (aproximadamente US\$ 80 trilhões em 2015) pelo número de habitantes (7 bilhões), cada homem ou mulher, criança ou idoso teria, por mês, entre R\$ 2 mil e R\$ 3 mil. Sendo uma família de quatro pessoas, o valor estaria entre R\$ 8 mil e R\$ 12 mil.² Vê-se que a causa da pobreza e da miséria não é a falta de riqueza.



ANGELI – FOLHA DE S. PAULO 08.06.2000

As desigualdades mundiais ainda são extremas, apesar da riqueza existente.

Angeli.

¹ Segundo dados da ONG inglesa Oxfam, apresentados no Fórum Econômico Mundial de 2015.

² Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), para se cumprir a Constituição Federal do Brasil no que se refere ao atendimento básico de uma família padrão composta de dois adultos e duas crianças, é necessário um salário mínimo de R\$ 3.399,22 (novembro de 2015).

Mais concentração e... menos pobreza

A tabela e o texto a seguir fornecem um conjunto de dados em que é possível constatar o aumento da concentração de riqueza ao mesmo tempo em que se nota a diminuição da quantidade (números absolutos) de pessoas vivendo nos níveis de pobreza e extrema pobreza.

período	pessoas pobres (menos de US\$ 2 por dia)	população mundial (bilhão)
1981	2,6 bilhões	4,5
2012	2,5 bilhões ³	7

Fonte: Banco Mundial, economista Branko Milanovic, OCDE e ONU.

Aumento da riqueza global leva à concentração ou distribuição da renda?

Desde os anos 1950 até 2015, a ideia mais aceita na relação entre produção de riqueza e sua distribuição social era a tese do Nobel da Economia Simon Kuznets. Para ele, o aumento do desenvolvimento industrial acabaria levando, necessariamente, a uma melhor distribuição da renda à população. Entretanto, Thomas Piketty, em seu livro *O capital no século XXI*, após uma extensa análise empírica (baseada em pesquisas com dados da realidade) demonstrou que o pensamento de Kuznets não pode ser considerado verdadeiro em todas as situações. Ao analisar os Estados Unidos, Piketty afirma que a partir dos anos 1980, mesmo com a imensa produção de bens industriais e serviços, a desigualdade na distribuição da renda começa a aumentar fortemente e de maneira contínua, o que questiona a teoria de Kuznets.

Paralelamente à concentração nos Estados Unidos, em 1981,⁴ com uma população mundial de 4,5 bilhões de habitantes, 2,6 bilhões (57,8%) viviam na faixa da pobreza e extrema pobreza. Em 2012, com 7 bilhões de seres humanos no planeta, tínhamos 2,5 bilhões de pessoas vivendo na mesma situação: 35,7%. Uma considerável queda de 22,1%. Essa diminuição ocorreu ao mesmo tempo em que aumentou a concentração. De maneira inusitada, estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI), lançado em 2015, após o exame de mais de 150 países, mostra que países com muita desigualdade tendem a crescer

menos em longo prazo. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), segundo relatório de 2014, chegou à mesma conclusão. De acordo com seu secretário-geral, Anjo Gurría: "Nossa análise mostra que só podemos esperar crescimento forte e duradouro se fizermos algo para combater a grande e crescente desigualdade. [...] A luta contra a desigualdade deve estar no centro do debate político. Os países que crescerão serão aqueles que fazem tudo para que seus cidadãos tenham igualdade de oportunidades desde a infância". Ou seja: o aumento da riqueza não contagia o restante da sociedade de maneira significativa. Isso evidencia que quanto mais desigualdade houver na distribuição da renda, menos igualdade de oportunidades haverá. Em longo prazo, a desigualdade de oportunidades sociais acabará afetando o crescimento econômico.

Na tentativa de uma síntese de nossa conjuntura global: aumenta a concentração da renda, como nunca antes, portanto eleva-se a desigualdade social. Mesmo assim, em termos percentuais, há menos pobreza do que em outros períodos históricos, ou melhor, ao menos em alguns aspectos essenciais (por exemplo, educação e saúde nos níveis mais básicos), há, assim, melhor qualidade de vida para uma parte profundamente excluída e em alguns setores. Concomitantemente, a extrema concentração da riqueza hoje diminui as oportunidades referentes a níveis mais altos de exigência, tornando-as muito desiguais, o que causará, no mínimo, estagnação social. Em longo prazo, esse desequilíbrio provoca queda no crescimento econômico. Toda essa lógica é acentuada ainda mais pelo atual processo de globalização.

Uma questão para se pensar considerando as informações anteriores: o sistema de cotas para estudantes é justo ou injusto?

Voltando diretamente ao nosso tema, é possível afirmar que as pessoas que saíram da pobreza certamente estão mais felizes.

Por outro lado, ao perguntarmos a um cidadão dos estratos sociais médios (a chamada classe média) se tem vivido mais feliz nos últimos tempos, é provável que a resposta seja negativa. Para ele, a globalização econômica trouxe maiores incertezas: elevação das taxas de desemprego, aumento de preços ou relativa escassez, crise financeira generalizada, ampliação da violência, entre outros quesitos. Cenário diferente daquele ao qual estava acostumado: conjunturas estáveis, previsíveis e com modelos de referência no passado.

Até a vida mais longa, proporcionada também pelo avanço da ciência e da medicina, não impede, ao mesmo tempo, que se viva com o sentimento permanente de insegurança.

³ Desse contingente, 1,2 bilhão ainda está na extrema pobreza (recebem menos de US\$ 1,25 por dia).

⁴ Fonte: Banco Mundial, economista Branko Milanovic, OCDE e ONU.

Tais situações contribuem para uma percepção de queda na qualidade de vida das pessoas pertencentes aos estratos sociais médios. Em outras palavras, contribuem para a sensação de infelicidade. Esse sentimento pode ser acompanhado pelo individualismo e pelo consumismo, formando um caldo de insatisfações que proporcionou o surgimento da psicoterapia no século XX e até a criação da “pílula da felicidade”, o Prozac. A infelicidade está próxima do isolamento e da busca por sua superação, cujo enfrentamento, não poucas vezes, leva a desvios ou falsos caminhos, entre eles o consumo descontrolado.

Ainda, se a lógica que nos parece mais óbvia fosse a dominante (necessidade de consumo determinando produção), o que justificaria a onipresença da publicidade e da propaganda? Veja alguns dados interessantes sobre o tema publicidade infantil na tabela a seguir.

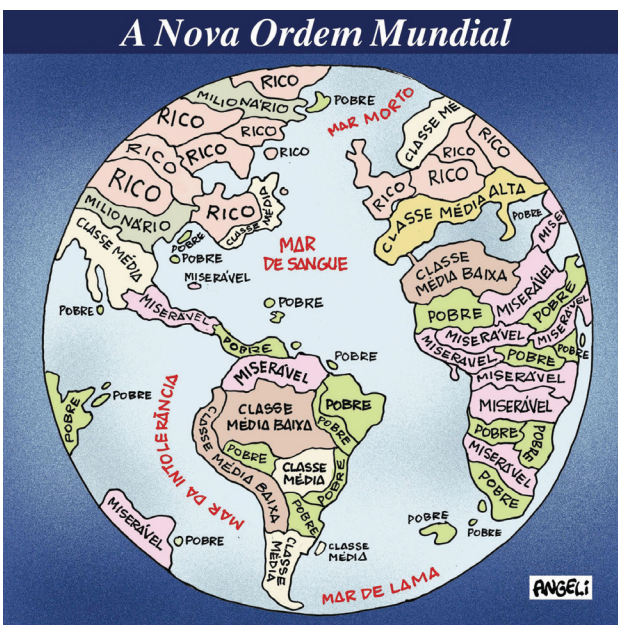
Consumismo infantil: o que o provoca?

causas	percentual
influência da publicidade	83
produtos associados a personagens famosas	72
influência dos amigos	42
produtos que oferecem brindes e jogos	38
embalagens coloridas e atrativas	35

Fonte: Instituto Alana, Interscience, 2006. Elaboração do autor.

Você conhece algum “viciado em compras”?

Existe uma grande diferença entre consumir o que é realmente necessário e o supérfluo, apesar de a linha divisória entre esses dois campos ser subjetiva – ninguém, por exemplo, necessita ter centenas de pares de sapatos ou dezenas de casas ou automóveis. Estudos mostram que a partir de determinado nível de renda não há aumento de felicidade, e essa atitude de acumular grandes quantidades de produtos, iguais ou não, caracterizaria, na verdade, um tipo de compulsão.



ANGELI - UOL NOTÍCIAS 13.07.2003

A geopolítica ainda está baseada na distribuição geográfica da riqueza formando a oposição Norte-Sul.

:: “Shopaholic”: o comprador compulsivo

Relacionando poder de compra à felicidade, inevitavelmente chegamos ao consumo. E, em uma sociedade capitalista globalizada, ao **consumismo**. Com a intenção de definir consumo e consumismo, consideremos apenas uma relação simples entre dois polos: o consumo determina a produção, e não o inverso. Não nos parece absurdo pensar no contrário, isto é, a produção determinando o consumo? Mas, no mundo em que vivemos, qual o sistema adotado? As frequentes crises de superprodução, tanto no âmbito nacional como no internacional, ocorreriam se o consumo determinasse a produção? Há relação desse padrão perverso com a destruição ambiental?

Quem inventou a tal da globalização?

Em especial nas Ciências Sociais e Humanas, não há neutralidade e tampouco concepções únicas. As definições são produzidas por pessoas que têm seus próprios pontos de vista e estão vinculadas a grupos sociais específicos. Incorporam e difundem posições diferentes entre si, assumindo lados distintos. A ideia de **globalização** não foge a essa regra desde o seu surgimento.

O vocábulo foi construído nas escolas de Administração das principais universidades dos Estados Unidos, em empresas transnacionais e organizações multilaterais, tendo sido popularizado pela mídia e por profissionais formados nesses centros de estudo superior. De

maneira geral, o sentido inicial de globalização (ainda assumido por boa parte de seus defensores) sublinhava a ascensão das forças de mercado e dos livres fluxos financeiros ao mesmo tempo em que recomendava o estreitamento do Estado nacional. Entre os apoiadores dessa compreensão de globalização distinguiram-se o estadunidense Michael Porter, da faculdade de Administração da Universidade de Harvard, e o japonês Kenichi Ohmae, da Consultoria McKinsey, uma das maiores e mais importantes do mundo, com escritórios em 108 países. Vemos, por isso, que o conceito de globalização não é, de maneira alguma, neutro. E essa é a concepção dominante (ou hegemônica) de globalização até o momento, nos mais importantes círculos midiáticos, governamentais e empresariais. Não significa que seja a única, e não é, conforme veremos.



A globalização do sistema capitalista entre o final do século XX e o começo do XXI produziu uma quantidade gigantesca de riquezas e mercadorias que não podem ser desfrutadas por uma imensa parcela da humanidade.

Globalização: muito falada, pouco compreendida

Sem desconsiderar a carga política e ideológica do conceito de globalização, é possível arriscar uma abordagem mais abstrata e generalista. Ela pode ser entendida como a “intensificação de relações sociais em escala mundial”⁵ em que “tudo – gente, coisas e ideias – se desterritorializa e reterritorializa (transferem-se de determinada localidade para outras e vice-versa), adquirindo novas modalidades de territorialização”⁶ e “acelerando os processos de interdependência transnacional”.⁷

⁵ Anthony Giddens em *As consequências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991. p. 69-70.

⁶ Octavio Ianni em *Teorias da globalização*, 1995.

⁷ Wolfgang Hein em *O fim do Estado-nação e a nova ordem mundial*, 1994.

Mundialização: somente um nome diferente?

François Chesnais, economista francês, nos oferece um termo que faz contraposição à palavra globalização: **mundialização**. Apesar de não ter conseguido se tornar tão presente e dominante, a expressão é reconhecida por vários setores políticos, acadêmicos e de movimentos sociais. Segundo Chesnais, a palavra mundialização “permite introduzir, com muito mais força do que o termo ‘global’, a ideia de que, se a economia se mundializou, seria importante construir depressa instituições políticas mundiais capazes de dominar o seu movimento”.⁸ E continua afirmando que os sentidos embutidos no conceito de globalização pretendem contribuir ou até “forçar” uma adaptação, dos mais variados setores, às ideias liberais do chamado “livre mercado”, notadamente no que tange à circulação financeira e comercial sem barreiras.

Entretanto, como se sabe, o termo não conseguiu se impor. O consenso geral acabou adotando a palavra globalização, tanto entre os que apoiam a “versão neoliberal”⁹ como entre os contra-hegemônicos, quer dizer, os que resistem a essa versão.

História recente da globalização: do comércio ao capital financeiro

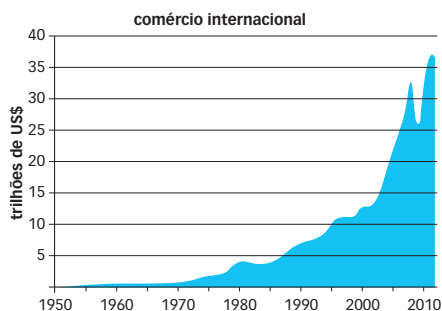
Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos e as empresas neles sediadas ampliaram enormemente seus negócios em consequência do Programa de Recuperação Europeia, o Plano Marshall (1947-1951). Com o objetivo declarado de contribuir para a reconstrução dos países europeus arrasados pela guerra, os EUA foram os principais beneficiados, conseguindo firmar seu poder político e ideológico (iniciava-se a Guerra Fria) em toda a Europa Ocidental, além de dinamizar sua economia interna (leia-se fortalecimento das corporações transnacionais sediadas em seu território). Em valores da época, o total investido chegou a aproximadamente US\$ 13 bilhões para 16 países europeus.

Desde os anos 1960, mas especialmente a partir da década subsequente, as empresas transnacionais

⁸ Trecho do livro *A mundialização do capital*, do referido François Chesnais. São Paulo: Xamã, 1996.

⁹ Neoliberal: quando há a primazia do mercado (ler a seguir o subitem “Consenso de Washington”) em detrimento dos governos que privilegiam a intervenção estatal na sociedade e na economia (neodesenvolvimentismo).

intensificaram sua expansão e o crédito internacional tornou-se abundante. O gráfico a seguir mostra o incremento do comércio mundial entre os anos 1950-2010.



Fonte: Organização Mundial do Comércio (OMC).

A etapa seguinte da globalização foi incrementar acentuadamente a acumulação de capital por meio dos lucros financeiros. Apesar de os números serem relativamente conflituosos, há dados confiáveis, como, por exemplo, os utilizados por Luiz Carlos Bresser-Pereira:¹⁰

O Bank for International Settlements (BIS – Banco de Compensações Internacionais) publica dados quadrimestrais sobre o volume de derivativos¹¹ negociados nos mercados de balcão. No [...] relatório de junho de 2008, o BIS aponta um volume nocional total desses derivativos de US\$ 596 trilhões [...] denominados de “lixo tóxico”.

Comparemos essa quantia, US\$ 596 trilhões, com o PIB global de 2007: US\$ 54,5 trilhões.¹² Outro indicador do abismo existente entre a economia verdadeira e a fictícia (especulativa) é o mercado de derivativos (referentes a 2014) de alguns bancos. Veja no quadro a seguir o montante de alguns bancos dos Estados Unidos.

banco localizados nos EUA	valores em US\$ derivativos
Citigroup	56,6 trilhões
JP Morgan	56,2 trilhões
Bank of America Corp	47,2 trilhões
Wells Fargo	5,8 trilhões
total	165,8 trilhões¹³

Fonte: Controladoria da Moeda dos EUA (OCC), 2015.

¹⁰ O artigo completo (Crise e recuperação da confiança, *Revista de Economia Política*, v. 29, jan./mar. 2009) pode ser acessado no link: goo.gl/NWl3Rn. Acesso em: 19 out. 2015.

¹¹ São aplicações financeiras baseadas no preço futuro de outros ativos. Ou seja, os derivativos são instrumentos puramente especulativos, isto é, sem nenhuma relação com a economia real e produtiva.

¹² Essa e várias outras estatísticas comparando-se a crise financeira mundial de 2008 com a de 1929 podem ser encontradas no artigo A crise em perspectiva, de Frederico Mazzucchelli. *Novos Estudos – Cebrap*, n. 82, nov. de 2008. Disponível em: goo.gl/FSkxkK. Acesso em: 19 out. 2015.

¹³ Esse valor é o dobro do PIB mundial.

A quase totalidade da população usa sua renda para consumir, fator que faz a economia real crescer. Ao mesmo tempo, um ínfimo percentual é composto por aqueles que ampliam sua riqueza aplicando no mercado financeiro. Gera-se um desequilíbrio entre capital produtivo e financeiro quando este se multiplica com velocidade muito maior do que a produção de bens e serviços. A atividade financeira abandona sua função de intermediação, assumindo um fim em si mesma.

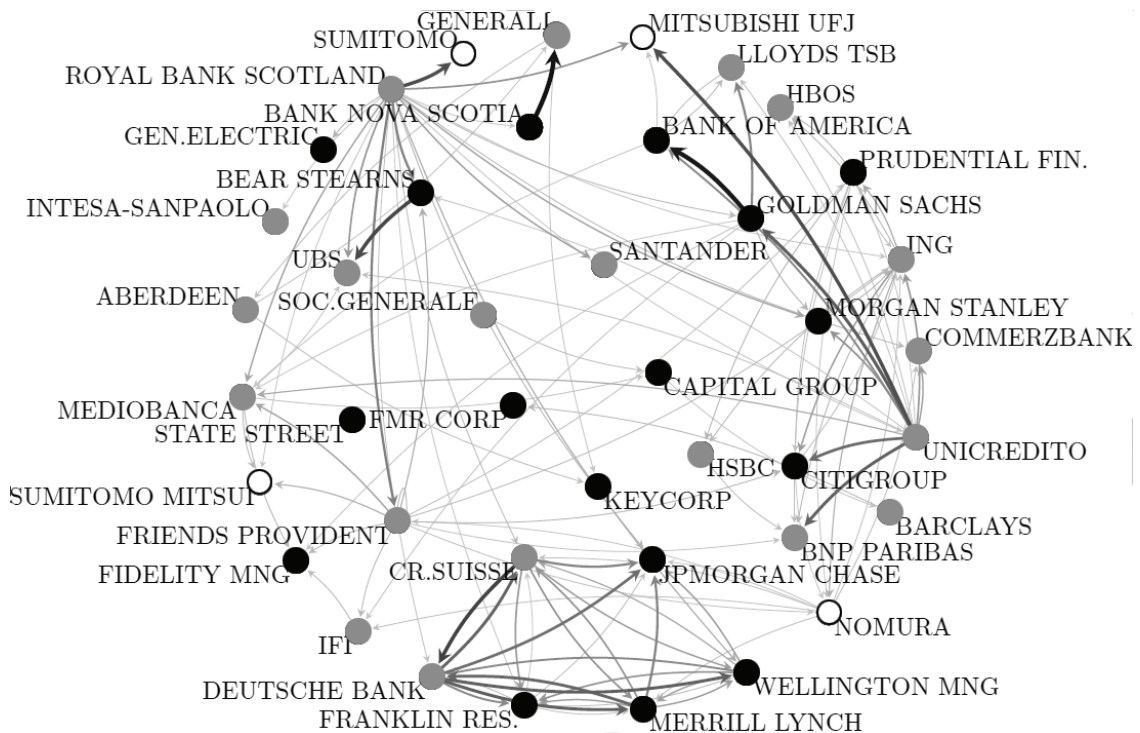
Na década de 1980, os mercados financeiros foram desregulamentados ao longo dos governos de Reagan nos Estados Unidos e Margareth Thatcher na Inglaterra. O capital hegemônico adotou efetivamente sua nova versão financeira e espalhou-se por todo o planeta, globalizando-se.

De Bretton Woods ao cassino global

Pouco mais de um ano antes do final da Segunda Guerra Mundial, lideranças de 44 países, entre as quais as mais poderosas representavam a Inglaterra e principalmente os Estados Unidos, reuniram-se no hotel Bretton Woods, nos EUA, para rearticular o sistema financeiro internacional. Entre as mais importantes decisões estava o controle de fluxo de capitais de curto prazo e o lastro do dólar com o padrão-ouro. Essas medidas regulavam a atuação do capital financeiro, impedindo que atuasse desequilibradamente. No entanto, em 1971, o então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, rompeu com a conversibilidade do dólar ao ouro, medida ratificada em 1973 pelos países capitalistas mais influentes. Esse foi o primeiro grande passo para a liberação ilimitada do capital financeiro pelo planeta, depois completada por Reagan e Thatcher conforme já referido e “finalizada” por Bill Clinton (ex-presidente dos EUA) em 1999.

Com plena liberdade de ação a partir da década de 1990, a globalização financeira consolida-se. Os investimentos diretos tradicionais deixaram de ser os mais atrativos e foram substituídos pelos investimentos rentistas. Estudo publicado em 2011 pelo Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica revela que apenas 147 empresas controlam 40% da economia corporativa mundial, sendo instituições financeiras 75% desse total.

A imagem a seguir ilustra a conexão em rede das empresas transnacionais:



A partir do estudo referido, os pesquisadores produziram um gráfico em rede para demonstrar a conexão global entre as empresas transnacionais. Em cinza são os grupos europeus, em preto os estadunidenses e em branco com contorno preto são os de outros países.

VITALI, Stefania; GLATTFELDER, James; BATTISTON, Stefano.

The Network of Global Corporate Control.

Cornell University Library, 2011.

Conforme evidencia Luiz Carlos Bresser-Pereira, atualmente o sistema financeiro movimenta valores muito superiores ao PIB mundial. São montanhas de dinheiro sem base na realidade produtiva. Essa discrepância entre capital produtivo e especulativo está na raiz da crise financeira global iniciada em 2008.

Globalização: um universo em várias dimensões

Um dos maiores estudiosos do atual processo de globalização é o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos. Em uma de suas obras mais interessantes, *A globalização e as Ciências Sociais*, publicada no Brasil em 2002, ele define assim globalização:

Estamos perante um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo. Por esta razão, as explicações monocausais e as interpretações monolíticas deste fenômeno parecem pouco adequadas (p. 26).

Ou seja, não é possível estudar a globalização somente por meio de um aspecto, mesmo sendo o econômico. Devemos também abordar a questão analisando outros enfoques, além dos apontados anteriormente: esportivo, ambiental, tecnológico etc. No entanto, a limitação de espaço nos remete ao essencial.

Globalização econômica, social e do trabalho

A dimensão mais discutida da globalização é a econômica, cuja visibilidade está também nas marcas das grandes empresas extensamente conhecidas em todo o planeta. Vários tipos de produtos têm suas partes fabricadas nos mais diversos locais para, ao final, serem montadas em outra localidade e, assim, serem vendidas mundialmente. Tudo viabilizado tanto pela enorme evolução na logística dos transportes continentais como pelo avanço nas telecomunicações, no processamento de dados instantâneos, nos sistemas de internet e redes sociais.

No capitalismo globalizado do século XXI, as empresas transnacionais estão mundialmente conectadas em rede e presentes em todo o planeta, com plataformas globais de produção e vendas. Ou seja, organizam-se de maneira horizontal, flexível, mais informal e menos hierárquica.

Na verdade, as empresas transnacionais (ETNs) estão se tornando, cada vez mais, proprietárias de marcas. A fabricação propriamente dita é terceirizada e até “quarteeirizada”. Exemplos são as indústrias de eletrônicos e veículos automotores. Terceiriza-se tudo ou quase tudo, mas se mantém o domínio da marca. Em suas sedes, quase sempre em países de capitalismo central, como os Estados Unidos, as ETNs mantêm trabalhadores em número cada vez menor, altamente qualificados e muito bem pagos. São cientistas, engenheiros e demais profissionais que projetam os produtos, os quais são fabricados em países periféricos ou semiperiféricos,¹⁴ quase sempre utilizando formas degradadas de trabalho: baixíssimos salários, péssimas condições e com praticamente a inexistência de demais direitos básicos, entre eles, a possibilidade de sindicalização.

A empresa chinesa Foxconn é paradigmática. Ela, sozinha, fabrica aproximadamente 40% de todos os aparelhos eletrônicos portáteis (*gadgets*) no mundo. O seu *notebook* ou *iPhone* ou *iPad* ou *smartphone* ou celular muito provavelmente saíram das plantas chinesas da Foxconn. Seus principais clientes são Apple, Intel, Microsoft, Dell, Motorola, Nintendo, Nokia, Sony, Hewlett-Packard (HP), Samsung e Cisco. Com fábricas em mais de dez países, possuía 55 mil patentes em 2012. Mas a gigante chinesa¹⁵ ficou “famosa” em 2010 devido a uma série de suicídios

cometidos, em suas instalações, por trabalhadores. Foram 18 tentativas, sendo 14 consumadas, a maioria operários entre 18 e 25 anos de idade provenientes de aldeias remotas do interior da China. Denúncias internacionais, pouco divulgadas pela mídia comercial, mostram que os suicídios continuam ocorrendo.

Jornadas diárias acima de 12 horas, 6 dias por semana, reuniões de trabalho não pagas, refeições diárias substituídas por tempo de trabalho e moradia em dormitórios coletivos da empresa localizados a milhares de quilômetros da família – tudo isso por um salário mensal, incluindo-se as horas extras, pouco acima de US\$ 200 (desse valor, ainda é descontado o custo com habitação). Esse foi o caso da jovem chinesa Tian Yu, 17 anos, que, desesperada, se atirou do quarto andar após ser comunicada que, por um erro administrativo, ficaria sem pagamento naquele mês de março de 2010. A seqüela da tentativa de suicídio foi a paralisia permanente da cintura para baixo.¹⁶

Leia no texto a seguir alguns dados que comprovam o poder financeiro das grandes ETNs mundiais em relação ao PIB da maioria das nações.

Para poucos

Comparando cada empresa contra cada país, as 50 maiores multinacionais têm uma receita anual maior do que o PIB de 70% dos países. A receita das multinacionais fora do seu país de origem ronda 40 trilhões de dólares, ou mais da metade do PIB mundial, com seus 73,5 trilhões de dólares em 2013. O total de exportações dos países está próximo de 20 trilhões de dólares, a metade do que fazem as multinacionais fora do seu país de origem.

[...] Ao pegarmos a receita das dez maiores transnacionais, somente três países (EUA, China e Japão) têm PIB maior do que as vendas conjuntas anuais dessas empresas: Shell, Wal-Mart, Exxon, Sinopec, China National Petroleum, British Petroleum, State Grid, Toyota Motor, Volkswagen e Total Fina.

ASSUNÇÃO, Alfredo.

O mundo como ele é e como o Brasil pode se dar bem. *Revista Carta Capital*, 13 fev. 2015. Disponível em: cartacapital.com.br/economia/o-mundo-como-ele-e-e-como-o-brasil-pode-se-dar-bem-6015.html. Acesso em: 19 out. 2015.

¹⁴ Immanuel Wallerstein, sociólogo estadunidense, elaborou a teoria do **Sistema-Mundo**, que analisa a sociedade articulando entre si os conceitos de centro, periferia e semiperiferia.

¹⁵ É a maior ETN de eletrônicos do mundo. Trata-se de uma estatal controlada pelo Partido Comunista de seu país. Foi fundada em 1974 e em 2012 possuía mais de 1 milhão de trabalhadores com receita anual (2013) de 131,8 bilhões de dólares.

¹⁶ O caso foi mundialmente denunciado em 2013 pelo jornal britânico *The Guardian* em texto assinado por Aditya Chakraborty, intitulado “A mulher que quase morreu fazendo o seu iPad”. Disponível em: goo.gl/WUqnA6. Acesso em: 19 out. 2015.

:: Consenso de Washington

Por iniciativa do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, o economista **John Williamson** escreveu, em 1989, um texto em que cunhou o termo **Consenso de Washington**. O consenso é composto de um conjunto de dez regras básicas com o objetivo de liberalizar a economia, quer dizer, transformar o planeta em um ambiente onde as corporações transnacionais possam atuar sem qualquer tipo de restrição. Entre as medidas, destacam-se: privatização; abertura comercial; desregulamentação econômica e trabalhista; e redução dos gastos públicos. A livre atuação das corporações financeiras globais levou à atual crise econômica mundial, iniciada em 2008 como resultado da alta especulação praticada nos Estados Unidos quando se uniram mercado imobiliário e aplicações de alto risco (ver Aula 11).

A globalização e o sindicalismo internacional

Apesar de estarem muito aquém do nível de organização global em rede das empresas transnacionais, os trabalhadores também se articulam no contexto mundial. Em um primeiro nível do sindicalismo internacional estão as centrais sindicais mundiais: a Confederação Sindical Internacional (CSI – ITUC em inglês) e a Federação Sindical Mundial (FSM – WFTU em inglês). A CSI segue orientação social-democrata e a FSM defende a ideologia comunista. Ambas tratam dos trabalhadores em nível mundial e de todos os setores juntos. No segundo nível, estão os sindicatos mundiais separados por setor (químicos, metalúrgicos, construção civil, professores, artistas etc.); no terceiro escalão, encontram-se as organizações sindicais globais criadas por trabalhadores em empresas específicas: comitê mundial dos trabalhadores da Basf, da ZF Sachs, da Volkswagen, da Mercedes-Benz, da Rolls Royce, da Ford etc. Por último, estão entidades mundiais relacionadas ao mundo do trabalho, mas que não são sindicatos propriamente ditos. Por exemplo, a OIT, Organização Internacional do Trabalho.

RODRIGUES, Eduardo Magalhães.

A organização internacional dos trabalhadores metalúrgicos na Mercedes-Benz do Brasil: perspectivas de contra-hegemonia local-global.
Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 2013.

Em síntese, a **globalização econômica** é caracterizada pelo domínio mundial de poucas empresas transnacionais (cuja tendência é se firmarem como proprietárias de marcas), portanto uma enorme concentração de poder político e econômico. Tais empresas estão conectadas em rede (com o suporte essencial da internet, das telecomunicações e logística avançada) e, apesar de continuarem disputando os mercados entre si, nas questões essenciais sempre estão em acordo. Igualmente, configuram a globalização econômica sua perspectiva financeira, a divisão internacional do trabalho e a precarização dos trabalhadores.

Déficit democrático: a política na globalização

Joseph Stiglitz, Nobel da Economia em 2001,¹⁷ tem defendido em seus cursos, palestras e livros¹⁸ a necessidade de se acabar com o enorme **déficit democrático** característico dos atuais rumos tomados pela globalização. Para ele, as instituições internacionais (FMI, Banco Mundial, OMC, entre outras), responsáveis por boa parte das regras para a atuação econômica em âmbito global (comércio, finanças etc.), têm correspondido muito mais aos interesses dos países centrais. Até mesmo o que vai ou não ser discutido acaba atendendo às necessidades e conveniências desse seletto clube. Por isso, de acordo com o economista, a globalização produz países ricos com pessoas pobres.

A Organização das Nações Unidas (ONU), como também outras organizações multilaterais, está enfraquecida e perde legitimidade por não reformar seu reduzidíssimo Conselho de Segurança composto somente de cinco membros permanentes (que são os que têm direito a veto): China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos. As grandes decisões políticas são mundiais e beneficiam muito mais as corporações globais.

Stiglitz relaciona um conjunto de ações que parecem muito interessantes no sentido de democratizar a globalização. Isso se faz ainda mais urgente na medida em que, como os países estão legal e politicamente limitados à escala nacional, terminam perdendo espaço frente às estratégias globais das empresas transnacionais e organizações internacionais multilaterais como o FMI, a OMC e o Banco Mundial.

¹⁷ Foi também presidente do Conselho de Consultores Econômicos no governo de Bill Clinton e vice-presidente do Banco Mundial.

¹⁸ Entre eles: *Globalização: como dar certo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Veja na tabela a seguir.

Propostas de Joseph Stiglitz para democratizar a globalização

propostas	detalhes
FMI e Banco Mundial ¹⁹	O sistema de votação dessas entidades é extremamente desigual. Países (semi)periféricos têm muito pouco poder. Os Estados Unidos continuam sendo praticamente os únicos com poder de veto entre os 185 países-membros.
representação ministerial	Nos fóruns e organizações internacionais relacionados à economia, somente são chamados como representantes ministros nas áreas da economia e comércio. No entanto, quase sempre tais questões ultrapassam seus campos específicos e alcançam outros setores, por exemplo, ciência e tecnologia, educação, emprego, previdência, meio ambiente etc. Assim sendo, os ministros responsáveis pelas respectivas áreas deveriam participar ativamente das reuniões.
princípios de representação	É claro que os países mais poderosos continuarão a exercer o seu poder, mas isso não impede que se incorporem princípios mais democráticos nas deliberações globais. Grupos representantes de minorias e de países menores deveriam participar também das decisões. Por exemplo: associações de agricultura familiar e de pequenos e microempresários, sociedade civil organizada e não organizada, governos municipais etc.
aumento da transparência	Como nas entidades internacionais seus membros e líderes não são eleitos, mas sim indicados, uma prática transparente de suas ações e prestação de contas seria essencial.
países em desenvolvimento	Países pequenos e em desenvolvimento têm dificuldades em avaliar os impactos e estratégias de políticas globais, bem como possíveis alternativas. Seria muito importante a existência de órgãos independentes para fazer esse trabalho, o que possibilitaria uma participação/decisão com maior qualidade desses países.
auditoria	Instituições internacionais como o FMI, o Banco Mundial e a OMC deveriam ser auditadas e avaliadas de maneira independente.
conflitos de interesse	Casos absurdos no julgamento de procedimentos econômicos, comerciais e financeiros em âmbito global tornaram-se regra. Por exemplo, como os Estados Unidos podem atuar como procurador, juiz e júri de ações de <i>dumping</i> ²⁰ praticadas por eles mesmos?
direito internacional	Como ocorre em vários países, as leis até podem ser boas, mas muitas vezes não são aplicadas ou o são de maneira incorreta/incompleta. Em âmbito global isso também ocorre frequentemente. Um exemplo está no fato de os Estados Unidos não terem assinado o acordo contra o aquecimento global. Pelas leis comerciais existentes em âmbito global, esse comportamento deveria ser considerado subsídio irregular.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de *Globalização: como dar certo*, de Joseph Stiglitz, já citado.

Globalização cultural: concentração, resistência e valores humanos

Juntando-se à superioridade estadunidense na pesquisa, ciência e inovação,²¹ há também a enorme vantagem no campo da produção e difusão culturais.

De acordo com Eric Hobsbawm,²² 90% dos filmes vistos no mundo (exceto na Índia e no Japão) são produzidos nos Estados Unidos. O inglês é o idioma da tecnologia, do mundo dos negócios, da academia, do cinema, da música, da televisão, do jornalismo, do esporte, enfim, de todos os setores fundamentais.

¹⁹ Ler "O 'B' dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul)" na aula "Política externa (in)dependente?" para mais informações sobre alternativas criadas.

²⁰ Consiste na prática de se vender produtos ou serviços com valores muito baixos para levar concorrentes à falência. É praticado tanto por empresas quanto por governos.

²¹ De acordo com a Organização Mundial de Propriedade Intelectual, os Estados Unidos são os primeiros em concessão de patentes, com 2,2 milhões em 2012. Em segundo, vem o Japão, com 1,6 milhão; depois, a China, com 875 mil; a Coreia do Sul, com 738 mil, e a Alemanha, com 549 mil. Das 100 melhores universidades do mundo, 27 estão nos Estados Unidos, nenhuma na América Latina ou África.

²² Um dos mais importantes historiadores do século XX, falecido em 2012.

O chamado *american way of life* – “o jeito americano de se viver” – foca no individualismo (*self made man* – homem feito por si mesmo), no consumismo, na “livre iniciativa”, na propriedade privada, na aparência e na democracia representativa com financiamento privado. São modelos culturais produzidos nos Estados Unidos e profundamente disseminados em todo o planeta desde o início do século XX.

:: Valores humanos ou monetários?

Virtudes como espírito de coletividade, solidariedade, amor ao próximo, justiça, honestidade e cooperação são substituídos pela competição, pelo egoísmo e pelas perversidades que deles resultam. As virtudes passam a ser qualidades dos tolos e fracos. O “Ter” constitui-se como fim em si mesmo e não mais um meio para se atingir propósitos maiores e mais nobres. Os ideais restringem-se à posse de bens materiais, exclusivamente. O “Ser” torna-se “peça de museu”, esquecido em algum canto empoeirado de alguma sala escura.

Honoré de Balzac, um dos mais brilhantes romancistas da história, refletiu em inúmeras passagens sobre o tema. Em uma delas, a obra-prima *Eugênia Grandet*, escrita na primeira metade do século XIX, ele afirma:

[...] mais que em nenhum outro tempo, o dinheiro domina as leis, a política e os costumes. [...] Chegar por todos os meios, legítimos ou não, ao paraíso terrestre do luxo e das vaidades, endurecer o coração e martirizar o corpo por posses passageiras, como se fazia antigamente pelos valores eternos, esse é o pensamento geral. [...] Quando esses princípios passarem da burguesia ao povo, que será do país?

:: Mass Media e possíveis alternativas à cultura de massa

Todos os cem filmes com maior bilheteria na história mundial foram produzidos por empresas estadunidenses.²³ E o que podemos dizer em relação ao domínio musical global do *rock* e de todos ou quase todos os estilos musicais popularizados pela mídia de massas?

Por outro lado, há resistências culturais locais em todo o planeta, as quais, em razão da difusão do uso da internet e dos equipamentos portáteis de informática, conseguem ter alguma projeção e, também, contestar de maneira mais organizada o *status quo* (ver Aula 10).

Hollywood, Bollywood e Nollywood

Em quantidade, Hollywood é o maior centro produtor de filmes do mundo? Não! É o segundo? Não! É apenas o terceiro! Em primeiro e segundo lugares estão duas regiões do outrora chamado “Terceiro Mundo”, e uma delas fica... na África! Eles são: Nollywood (Nigéria), onde se produzem mil filmes por ano, e Bollywood (Bombaim), na Índia, onde se produzem 1 100 filmes por ano. A tradicional Hollywood fica com “apenas” 650 por ano (2013). O importante dessa realidade está no fato de que há uma diversidade cultural se consolidando, apesar de a indústria cinematográfica hollywoodiana ser onipresente e muitíssimo mais lucrativa.

O ciclo do controle cultural se completa quando é correspondido pelas suas vias de transmissão, ou seja, pelas formas de comunicação. Parece teoria da conspiração, mas o domínio dos Estados Unidos no comando da informação é real, conforme fartamente tem noticiado a imprensa nos últimos anos. Trata-se de verdadeiro monopólio sobre a comunicação global: Facebook, Google, Twitter, WhatsApp, Yahoo, Skype, Microsoft Live, além das seis grandes corporações transnacionais que controlam a informação nos Estados Unidos e em boa parte do mundo: Time Warner, Walt Disney, Viacom, Rupert Murdoch, CBS e NBC. Nossa vida: família, trabalho, dinheiro, o que fazemos ao longo do dia, nossas preferências de qualquer tipo, consumo, o que lemos e estudamos e até o que pensamos (quando nos manifestamos pelos meios de comunicação, externamos o que pensamos) pode ser capturado. Os dados são colhidos pelas empresas de tecnologia da informação (TI) sediadas nos Estados Unidos e usados pelo governo desse país (para os mais variados fins políticos), bem como pelas corporações desejosas em vender seus produtos e serviços, “cercando” o eventual consumidor. A tecnologia necessária para isso existe, está disponível e é usada.

Provavelmente a instituição com maior poder para interceptar e processar dados considerados úteis é a Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA), cujas atividades, nem sempre as mais éticas, foram denunciadas por seu ex-funcionário Edward Snowden em 2013, criando constrangimento mundial para o governo Obama. *Walkie-talkies*, celulares, *e-mails*, buscas em *sites*, sistemas de radares, operadoras de telecomunicação, isto é, praticamente todos os meios de comunicação podem ser monitorados e terem seus conteúdos acessados pela

²³ Fonte: boxofficemojo.com. Acesso em: 19 out. 2015.

agência. Em operação desde 2014, o novo Centro de Processamento da NSA custou cerca de US\$ 2 bilhões, a mais cara obra de construção civil dos Estados Unidos na época. Sua capacidade de arquivamento e manipulação de dados é de 1 yottabyte.²⁴ Há, assim, uma articulação entre a concentração de produção cultural e a administração de sua respectiva veiculação. Vivemos em plena erosão da privacidade.

O que mais podemos falar da globalização?

Mais algumas peculiaridades da globalização

nome das características	descrição das características
vulnerabilidades	Mesmo havendo um consenso entre os mais influentes atores da globalização, ideias, acordos e estratégias são passíveis de falhas e contradições, o que abre espaço para novas perspectivas.
intensidade	Os impactos da globalização não são idênticos. Em alguns países são mais rápidos, intensos e concentrados , e em outros, mais lentos, dispersos e graduais . A força da repercussão também depende da condição da região: central, periférica ou semiperiférica. Exemplos: acesso à internet, poluição ambiental, consumo de <i>fast-food</i> , uso de celulares etc.
rede global	Em geral, os vários aspectos da sociedade funcionam em uma lógica global em rede. Não seguem estritamente o padrão vertical, formal, hierárquico e burocratizado. Constituem modelos neurais mais horizontalizados, informais, menos hierárquicos e menos burocratizados. Com o intenso suporte da internet e das telecomunicações, tornam-se cada vez mais flexíveis e eficientes. Exemplos: as principais empresas transnacionais, alguns movimentos sociais, sindicais, globais etc.
local-global	Local e global são diferentes escalas (níveis) territoriais que se completam. O global é nada mais do que o conjunto de localidades. Um idioma, uma empresa etc. originalmente pertencem a locais específicos (cidade ou região), mas acabam se transferindo para várias outras localidades, ou seja, tornam-se globais. Da mesma forma que o inverso é verdadeiro: locais recebem ou incorporam fenômenos (globais ou globalizados) oriundos de outros locais (empresas, idiomas, costumes etc.).
hegemonia e contra-hegemonia	Globalização hegemônica constitui o conjunto de estratégias ou processos dominantes em qualquer setor. Por exemplo, predomina na economia mundial a ação das empresas transnacionais, apesar de existirem relações econômicas e de produção não orientadas fundamentalmente pelo lucro, baseadas mais nas necessidades locais e cujos meios de produção são apropriados coletivamente. Esse tipo de experiência, existente em várias localidades, mas longe de serem dominantes, representam a globalização contra-hegemônica .

Um outro mundo é possível

Envolvidos profundamente nesse debate, os Fóruns Sociais Mundiais (FSM) estimulam a construção coletiva de respostas às principais indagações colocadas pela globalização. Desde o primeiro deles (Porto Alegre, 2001), cujo *slogan* foi “Um outro mundo é possível” (veja na ilustração), seus participantes pensam a respeito de inquietações cruciais.

²⁴ 1 yottabyte = 1 milhão de exabytes (segundo pesquisadores da Universidade da Califórnia, o volume de informação atual em todo o mundo equivale a 295 exabytes); 1 exabyte = mil petabytes; 1 petabyte = 1 bilhão de gigabytes; 1 gigabyte = 1.024 megabytes).

fórum social mundial

UM Outro mundo é POSSÍVEL



REPRODUÇÃO

Esse lema acabou sintetizando o objetivo de todos os Fóruns Sociais Mundiais.

Resumindo, os principais desafios globais e ainda refletindo sobre alternativas para se tomar um novo rumo no atual processo de globalização, compilamos, a partir de Joseph Stiglitz e Thomas Piketty, as seguintes recomendações (metas).²⁵

a) Fim da pobreza

Em setembro de 2000, 191 Estados-membros da ONU adotaram o compromisso de cumprir, até 2015, os **8 Objetivos do Milênio** (veja ilustração). Durante décadas, organizações multilaterais como o FMI focaram na redução da inflação e não em emprego, salários e pobreza, concentrando-se na estabilidade econômica. A realidade mostrou que tais políticas neoliberais levaram somente ao aumento do desemprego e da pobreza. Está claro hoje que, abrindo-se cada vez mais os mercados (retirando barreiras ao comércio e liberando os fluxos de capital), se agrava o problema da pobreza.²⁶ Uma maior assistência e interferência do Estado por meio de políticas públicas econômicas e sociais, bem como um comércio mais justo, são necessários.

²⁵ Fonte: *Globalização: como dar certo*, de Joseph Stiglitz, e *O capital no século XXI*, Thomas Piketty. Editora Intrínseca, 2015.

²⁶ No ano de 2003, o próprio FMI, por meio do estudo "Efeitos da globalização financeira nos países em desenvolvimento: algumas evidências empíricas", admitiu que a liberalização dos mercados não levou a maior crescimento, mas somente aumentou a instabilidade.

Metas da ONU (2000-2015)



REPRODUÇÃO

Para o pós-2015 (até 2030), o desenvolvimento global é guiado pelos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, concentrados em 169 metas e 17 objetivos, entre eles a educação inclusiva, a igualdade de gênero e o emprego pleno.

b) Assistência internacional e perdão de dívidas

Desde 2002, em conferência patrocinada pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, os 50 países mais desenvolvidos se comprometeram a aplicar 0,7% de seus respectivos PIBs em assistência internacional, especialmente por meio de doações e não de empréstimos. Até o momento, poucos o fizeram.

O crescimento das dívidas externas dos países e as várias e severas condições a que devem se submeter para receberem os recursos somente têm piorado a situação econômica e social.

Além do aumento da assistência internacional através de doações aos países mais pobres, é necessário o perdão de suas dívidas.

c) Por um comércio justo

Em uma média mundial, as tarifas de comércio impostas pelos países industrializados aos produtos dos países em desenvolvimento são quatro vezes maiores que as que estes impõem aos primeiros. Ao mesmo tempo, países periféricos e semiperiféricos são obrigados a retirar subsídios, enquanto as nações centrais os elevam ainda mais. Esse cenário aumenta as desigualdades ao aumentar os ganhos dos mais ricos e diminuir os dos mais pobres.

d) Proteção ao meio ambiente

Sabe-se que o desastre é inevitável caso não alteremos a forma de usarmos os recursos naturais e energéticos. Manter a mesma lógica simplesmente não é sustentável, sobretudo considerando o padrão industrial chinês e as emissões de gases nocivos pelos Estados Unidos. Essa é uma questão universalmente reconhecida, mas pouco tem mudado nesse sentido.

e) Tributação do capital financeiro

Thomas Piketty propõe a tributação do capital financeiro da seguinte maneira: 0% para patrimônios inferiores a 1 milhão de euros; 1% para 1 a 5 milhões de euros e 2% para os que têm acima de 5 milhões de euros. Com a taxação, seria retido o equivalente a 2% do PIB europeu, ou seja, 300 bilhões de euros, recursos suficientes para tirar os países devedores das mãos dos banqueiros ou resolver vários desafios sociais básicos, como acabar com a fome no mundo. Estima-se que isso custaria entre US\$ 40 bilhões e 45 bilhões.

**EXERCÍCIOS****1. (Fuvest)**

O local e o global determinam-se reciprocamente, umas vezes de modo congruente e consequente, outras de modo desigual e desencontrado. Mesclam-se e tensionam-se singularidades, particularidades e universalidades. Conforme Anthony Giddens, “A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorridos a muitas milhas de distância e vice-versa. A transformação local é, assim, uma parte da globalização”.

IANNI, Octavio.

Adaptado de: *Instituto de Estudos Avançados da USP*. USP. São Paulo, 1994.

Neste texto, escrito no final do século XX, o autor refere-se a um processo que persiste no século atual. A partir desse texto, pode-se inferir que esse processo leva à

- a) padronização da vida cotidiana.
- b) melhor distribuição de renda do planeta.
- c) intensificação do convívio e das relações afetivas presenciais.
- d) maior troca de saberes entre gerações.
- e) retração do ambientalismo como reação à sociedade de consumo.

2. (Mackenzie – adaptado) Leia o texto.

Inspirado no liberalismo clássico e em clara oposição ao keynesianismo (quando o Estado atua como empresário, mediador das relações capital-trabalho e regulador das taxas e tarifas), o neoliberalismo propõe, entre outras medidas: o desenvolvimento de uma política de privatização das empresas estatais, para reduzir o papel do Estado na economia; a minimização do poder dos sindicatos e a redução dos direitos trabalhistas; e a redução das barreiras para a circulação de mercadorias e capitais entre países, promovendo, assim, uma maior abertura econômica.

Considerando as duas diferentes lógicas, explique, em cada uma delas, os papéis do Estado e suas respectivas relações com as distintas formas de globalização.

O(a) aluno(a) em seu texto deverá minimamente explicar as características básicas do liberalismo e do neoliberalismo, concentrando seus argumentos no exíguo papel do Estado, isto é, do Estado Mínimo: diminuição de gastos públicos (incluindo gastos sociais); privatização, inclusive de atividades como educação e saúde; não intervenção do Estado na economia e criação, pelo Estado, de um ambiente com o mínimo possível de regulamentação (trabalhista, financeira e tributária) para a atuação livre das empresas e máximo de abertura econômica e comercial entre os países (extinção de barreiras).

Ao mesmo tempo, deverá mostrar uma proposta de atuação diversa do Estado na globalização, a qual pode ser identificada como keynesianismo ou (neo)desenvolvimentismo, e que se caracteriza por estratégias praticamente inversas às (neo)liberais: reconhecimento da importância dos gastos públicos principalmente para a oferta de condições sociais básicas de qualidade a todos (saúde, educação etc.); manutenção de empresas estatais em setores essenciais e fundamentais ao país, como na questão energética e na infraestrutura; regulamentação para impedir abusos por parte das grandes empresas e capitais, bem como para garantir direitos elementares a todos.

Observa-se que as duas opções estão dentro da perspectiva do capitalismo globalizado, mas com diferentes formas de atuação do Estado.

ESTUDO ORIENTADO

Caro(a) aluno(a),

Como vimos, o tema **globalização** é bastante complexo, tanto por sua evolução histórica como, e principalmente, por suas múltiplas dimensões, causas e consequências. Sendo assim, seu estudo deve levar em conta todos esses diversos aspectos que a caracterizam.

Começando pelo texto da aula, os conteúdos construídos versam sobre os seguintes pontos:

- a abrangência realmente planetária da globalização;
- o tratamento não só de seu aspecto econômico, mas também cultural, social e político;
- a questão da felicidade e qualidade de vida, e a relação entre concentração de renda e pobreza;
- a definição e o histórico do termo globalização;
- seu aspecto financeiro; o poder hegemônico das empresas transnacionais e alternativas para a mudança dos rumos tomados pela globalização.

Em todos os outros itens que compõem o plano de aula, **Exercícios, Roda de leitura, Navegar** etc, a estrutura de conteúdos do texto da aula é discutida, aprofundada e ampliada.

Bons estudos!

EXERCÍCIOS

1. (Enem)

Disneylândia

[...]

Multinacionais japonesas instalam empresas em Hong Kong e produzem com matéria-prima brasileira para competir no mercado americano

[...]

Pilhas americanas alimentam eletrodomésticos ingleses na Nova Guiné

Gasolina árabe alimenta automóveis americanos na África do Sul

[...]

Crianças iraquianas fugidas da guerra
Não obtêm visto no consulado americano do Egito
Para entrarem na Disneylândia

Arnaldo Antunes

Na canção, ressalta-se a coexistência, no contexto internacional atual, das seguintes situações:

- a) Acirramento do controle alfandegário e estímulo ao capital especulativo.

- b) Ampliação das trocas econômicas e seletividade dos fluxos populacionais.
- c) Intensificação do controle informacional e adoção de barreiras fitossanitárias.
- d) Aumento da circulação mercantil e desregulamentação do sistema financeiro.
- e) Expansão do protecionismo comercial e descaracterização de identidades nacionais.

2. (Fuvest)



Jalita; Joly; Ranieri, 2004. Adaptado.

O poder do cidadão, o poder de cada um de nós, limita-se, na esfera política, a tirar um governo de que não gosta e a pôr outro de que talvez venha a se gostar. Nada mais. Mas as grandes decisões são tomadas em uma grande esfera e todos sabemos qual é. As grandes organizações financeiras internacionais, os FMI, a Organização Mundial do Comércio, os bancos mundiais, tudo isso. Nenhum desses organismos é democrático. E, portanto, como é que podemos falar em democracia, se aqueles que efetivamente governam o mundo não são eleitos democraticamente pelo povo?

Discurso de José Saramago.
Disponível em: www.revistaforum.com.br.
Acesso em: 11 set. 2009.

Na charge, o cidadão sentado representa o presidente de um país emergente. Considerando a referida charge, o texto e seus conhecimentos,

- a) caracterize a Nova Ordem Econômica Mundial.
- b) analise a relação entre regime político democrático e neoliberalismo, no mundo atual.

Professor(a), verificar resposta na página 37.

3. (UFSCar) No bojo da globalização, entendida como processo de constituição de uma economia-mundo, o surgimento das empresas transnacionais representa a (re) construção de múltiplos espaços em escala planetária.

- a) Cite quatro países-sedes de empresas transnacionais.
- b) Apresente três estratégias de atuação das transnacionais.

Professor(a), verificar resposta na página 37.

4. (PUC-SP – adaptado) Apresentamos três críticas frequentes sobre a globalização. Leia-as atentamente:

1. Tem provocado uma grande homogeneização de hábitos e costumes no mundo, produzindo impactos deterioradores nas culturas locais, ocasionando assim sérios problemas de identidade nos povos.
2. Estaria enfraquecendo as fronteiras nacionais, permitindo que ingressemos na era do livre-comércio, no entanto, jamais os fluxos do comércio mundial – em grande escala – estiveram sob controle tão poderoso.
3. Tem ocasionado um aumento da desigualdade social no mundo entre os países e também internamente em cada país, basta ver que há indicações de crescimento da concentração de renda em muitos países.

Professor(a), verificar resposta na página 37.

Selecione uma das afirmações e elabore uma dissertação.



RODA DE LEITURA

O livro *Consumido: como o mercado corrompe crianças, infantiliza adultos e engole cidadãos*, de Benjamin R. Barber (Record, 2009), nos remete a um debate bastante relevante e intrinsecamente relacionado ao tema globalização e às ideias de felicidade e prazer. Referimo-nos à necessidade do capitalismo global em viabilizar o consumismo.

A seguir, reproduzimos alguns dos mais significativos trechos da obra mencionada.

Nestes tempos miseráveis de triunfo do capitalismo, em que resvalamos para um narcisismo do consumo, as sete idades do homem, de Shakespeare, correm o risco de serem varridas pela infantilidade vitalícia. Jornalistas de cultura pop têm usado muitos termos para retratar uma nova espécie de adolescentes perenes: *kidults*²⁷ [...] e *adultecentes*. [...] Trata-se de um etos²⁸ de infância induzida: uma infantilização que está intimamente associada às demandas do capitalismo de consumo em uma economia de mercado global.

[...] A infantilização [...] aponta [...] para a estupidificação dos bens e dos compradores em uma economia global pós-moderna que parece produzir mais bens do que as pessoas necessitam. [...] Os responsáveis pela fabricação e comercialização de bens para o mercado global, aqueles que estão realmente pesquisando, ensinando e praticando marketing e propaganda hoje, objetivam tanto vender para uma população mais jovem quanto incutir em consumidores mais velhos os gostos dos jovens.

Ao mesmo tempo, esses avatares (comerciantes e marqueteiros) do capitalismo de consumo estão procurando incentivar a regressão dos adultos, esperando reacender neles os gostos e hábitos de crianças, de modo que possam vender globalmente a parafernália relativamente inútil de jogos, aparelhos e inúmeros bens de consumo para os quais não há nenhum “mercado necessário” identificável, além daquele criado pelo próprio imperativo frenético do capitalismo de vender.

[...] Houve um tempo, no período mais criativo e bem-sucedido do capitalismo, em que o capitalismo produtivista prosperava atendendo às reais necessidades de pessoas reais. Criando uma sinergia entre fazer dinheiro e ajudar os outros (a fórmula protestante puritana da virtude empresarial), produtores lucravam fabricando bens para trabalhadores que eles próprios empregavam – um ciclo de virtudes que, ao mesmo

²⁷ Junção das palavras *kids* (crianças) e *adults* (adultos).

²⁸ Modo de ser, comportamento, valores e ideologias característicos de um grupo social.

tempo, envolvia elementos de risco para produtores e a exploração de trabalhadores.

Hoje, porém, o capitalismo consumista lucra apenas quando consegue atender àqueles cujas necessidades essenciais já foram satisfeitas, mas que têm meios para satisfazer necessidades “novas” e inventadas – as “necessidades imaginárias” (as necessidades irreduzíveis das crianças).

Em outros lugares do mundo em desenvolvimento [...] as crianças continuam marginalizadas e pobres, irrelevantes como consumidores, apesar de suas enormes necessidades e forçadas a crescer prematuramente, tornando-se pequenos soldados, pequenas prostitutas e pequenos trabalhadores da indústria têxtil, dando alguma coisa ao mercado global, mas ganhando muito pouco dele.

[...] Muitas de nossas instituições de negócios, educacionais e governamentais básicas estão consciente e intencionalmente engajadas na infantilização [...], porque é assim que mantemos um sistema de capitalismo consumista já não sustentado por forças de mercado tradicionais de oferta e procura.

[...] O capitalismo fechou um ciclo, [...] dependendo, para ter sucesso, do consumismo e não da produtividade. Parece estar literalmente consumindo a si próprio [...] numa época em que comprar parece ter se tornado um sinalizador mais persuasivo da liberdade do que votar, e aquilo que fazemos sozinhos no *shopping* é considerado mais importante para moldar nosso destino do que o que fazemos juntos na esfera pública.

A influência da tevê e dos demais meios de comunicação de massa sobre as populações contemporâneas é inegável. Atua em vários aspectos: comportamentos, cultura, hábitos de consumo, opiniões políticas, ideais éticos, visões de mundo etc. Por isso, cada vez mais têm sido discutidos no Brasil projetos para controle social das mídias beneficiárias de concessões públicas. Elabore o esboço de uma proposta elencando os seus itens principais com as respectivas justificativas e modos de funcionamento.

Professor(a), verificar resposta na página 38.



:: Sites

Há outras fontes na internet, mas os *sites* a seguir são fundamentais para se entender a geopolítica global no século XXI.

Carta Maior

Disponível em: cartamaior.com.br. Acesso em: 19 out. 2015. O *site* debate vários temas da atualidade com grande quantidade de análises sobre a economia mundial e demais aspectos da globalização. Pode também ser consultado para o estudo de vários outros temas relacionados à geopolítica.

Uma das várias sugestões possíveis é a entrevista dada pelo antropólogo francês Marc Augé. Nela é abordado o poder da globalização sobre os indivíduos, os lugares, o tempo, o conhecimento, entre vários outros contextos. Disponível em: cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/-A-globalizacao-e-uma-nova-forma-de-colonizacao-/6/17874. Acesso em: 19 out. 2015.

Opera Mundi

Disponível em: operamundi.uol.com.br. Acesso em: 19 out. 2015.

Site voltado quase exclusivamente para questões internacionais nos mais variados setores.

Em tempos de globalização, quando se vive muito o excesso materialista e o consumismo, um interessante simpósio acadêmico discute pesquisas científicas sobre a felicidade. Disponível em: goo.gl/SCf8nT. Acesso em: 19 out. 2015.

:: Livros

Há vários títulos de excelente qualidade sobre o tema globalização. Geralmente, cada um deles desenvolve um aspecto específico, pois tratar de maneira razoavelmente aprofundada as suas várias dimensões não seria possível em um único livro. Por isso, sugerimos obras que abordam características diferentes da globalização.

STIGLITZ, Joseph. *Os exuberantes anos 90: uma nova interpretação da década mais próspera da história.* São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Joseph Stiglitz produziu livros que analisam o aspecto econômico da globalização, principalmente o financeiro, bem como o autoritarismo político desse fenômeno. O livro citado é importante para entender sobre a financeirização da globalização. Do mesmo autor, o livro *Globalização: como dar certo* (São Paulo: Companhia das Letras, 2007) mostra como entender o caráter antidemocrático da globalização.

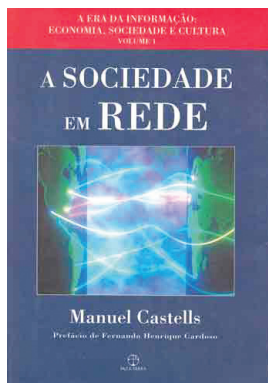


REPRODUÇÃO

831-1

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede.* São Paulo: Paz e Terra, 2000. v. 1.

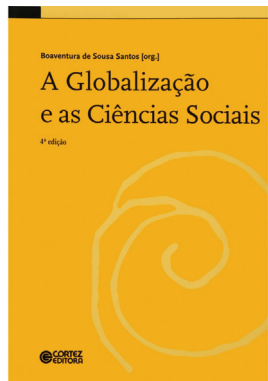
Obra sobre o papel da tecnologia, em especial da informática e da internet, além da lógica em rede na globalização.



REPRODUÇÃO

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A globalização e as Ciências Sociais.* São Paulo: Cortez, 2002.

A respeito das várias dimensões da globalização (social, cultural, econômica e política), o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos organizou e também escreveu parte desse excelente livro.



REPRODUÇÃO

:: Filmes

Há filmes recentes muito interessantes a respeito do funcionamento do capitalismo global na atualidade:

O capital

Direção: Costa-Gavras. França, 2012.

Tem como fundo a crise econômica mundial na Europa (2010-2011) e as políticas neoliberais de austeridade a favor do capital financeiro. O filme retrata as disputas entre banqueiros globais.

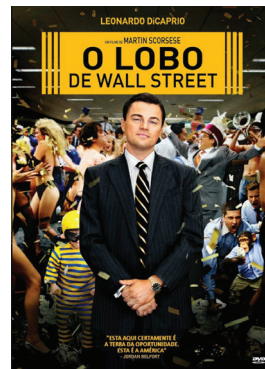


REPRODUÇÃO

O lobo de Wall Street

Direção: Martin Scorsese. Estados Unidos, 2013.

Durante o auge do sistema financeiro estadunidense na década de 1990, um corretor da cidade de Nova York ascende ao topo em Wall Street por meio de estratégias agressivas, fraudes e corrupção.



REPRODUÇÃO

É pertinente relacionar, em ambos os filmes, as trajetórias e conflitos pessoais dos protagonistas com o funcionamento do capitalismo globalizado.

➔ ÁGORA

Estimular a globalização significa fazer o seguinte chamado aos dirigentes industriais e políticos americanos e europeus: vamos parar de brigar por questões menores e bobas, como quotas de importação e de que modo nós manejamos a política industrial, vamos tomar consciência de nossos interesses comuns e cooperar!

CHESNAIS, François.

A mundialização do capital, 1996.

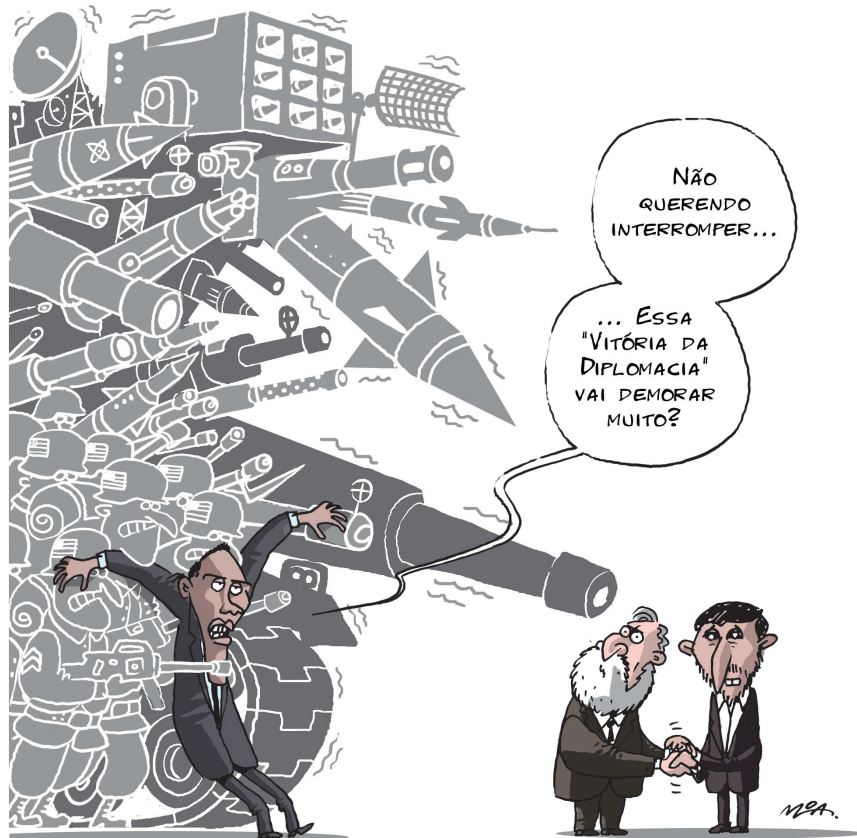
A questão não é ser contra ou a favor da globalização, mas sim como tirar proveito dela. Países como Irlanda e China se movimentaram rápido [...] e souberam se diferenciar dos competidores na hora de atrair os investimentos estrangeiros. O resultado [...] foi o enriquecimento e o aumento da qualidade de vida das populações.

THUROW, Lester.

Professor, escritor e jornalista.
Revista Exame, 2005.

Qual visão é a melhor? Por quê? Quais são os seus argumentos? E os dos seus colegas?

Professor(a), verificar resposta na página 38.



O dilema entre o *soft power* (protagonismo político) e o *hard power* (intervenção militar) no mundo globalizado.

Disponível em: satiro-hupper.blogspot.com.br/2010_05_01_archive.html.
Acesso em: 25 nov. 2015.

MOA



DAI DUDU, LI TUZI AND WHANG AN, 2006.
OLEO SOBRE TELA, REPRODUÇÃO



Existem duas respostas frequentes para qualquer evento histórico, ambas inapropriadas, senão totalmente equivocadas: dizer que tudo mudou ou dizer que nada mudou.

Fred Halliday, professor irlandês de Relações Internacionais.

Política externa (in)dependente

Por que estudar a política externa do Brasil?

O debate sobre a segurança das fronteiras; as políticas de guerra e paz; litígios comerciais; espionagem; ONGs estrangeiras; as chamadas ações terroristas; crises econômicas em países fisicamente distantes entre outros temas internacionais estão realmente tão fora de nossa realidade cotidiana quanto nos parecem? Enfim, tratam somente de questões que nada ou quase nada importam ao nosso dia a dia?

Vejamos com um pouco mais de atenção...

Quando um banco global demite dezenas de milhares de trabalhadores atingindo igualmente suas respectivas famílias, isso pode estar relacionado com o seu cotidiano? Se o México ou a Argentina cancela a importação de veículos produzidos em território brasileiro, o desemprego e a queda de arrecadação de impostos são capazes de afetar a sua vida? Lembremo-nos de que qualquer serviço público é pago pelos impostos e que as demissões em setores importantes acabam criando efeito negativo em toda a cadeia produtiva.

Ainda, caso o controle das telecomunicações e da internet esteja nas mãos de poucas empresas transnacionais isso pode limitar sua liberdade de expressão e sua privacidade? Estando as exportações brasileiras (e de vários outros países) baseadas em *commodities* e sendo os preços delas determinados por alguns grupos estrangeiros que controlam o comércio mundial é possível que isso influencie nossa qualidade de vida? Quando o FMI obriga um país devedor a cortar gastos públicos, em

outras palavras, políticas sociais (educação, saúde etc.), os seus habitantes podem ser prejudicados? O que não dizer acerca dos vários tipos de tráfico: drogas, armas, pessoas, órgãos humanos... O crime organizado transnacional está entre as principais economias do planeta. A atuação local de máfias globais na cidade ou região em que você mora não pode causar danos à segurança pública? Segundo dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), 2% a 5% do PIB mundial é lavado anualmente. Portanto, esse valor pode chegar até a US\$ 4 trilhões, o que seria o 4º maior PIB do mundo, atrás somente do Japão (3º), China (2º) e Estados Unidos (1º). O mapa a seguir mostra a presença planetária do crime organizado.

Seguindo esse raciocínio, uma questão fundamental que constataremos ao longo do texto é a relação intrínseca entre o desenvolvimento socioeconômico de um país e a sua política externa. Nesse sentido, as estratégias de um governo podem facilitar ou dificultar a conquista de avanços.

Logo, os problemas globais não pertencem somente às preocupações dos políticos, diplomatas ou executivos de grandes corporações, mas também ao cidadão comum: você, sua família, seus amigos, seu professor...

Além disso, são matérias exigidas em exames vestibulares, concursos e outros tipos de testes cada vez mais preocupados com a capacidade de se refletir criticamente sobre o mundo conhecendo sua história e política.

Em suma: se para você todas essas inquietações motivam, trazem dúvidas e preocupações, a política externa, ou melhor, as políticas externas fazem parte de sua rotina. Portanto, é fundamental estudá-las!

As principais máfias

Os países de origem das maiores organizações criminosas, que têm braços e atividades em várias partes do mundo



Fonte: ONU.

Uma breve história das (perigosas) relações externas do Brasil

Os conceitos, de maneira semelhante aos hábitos e costumes, também “entram e saem de moda”. Quer dizer, algumas ideias são mais aceitas durante alguns períodos e depois são substituídas por outras. Isso pode ocorrer por se ter conquistado avanços na ciência ou, por exemplo, em razão de mudanças (políticas ou não) nos grupos responsáveis pela produção científica, o que pode causar o surgimento de visões diferentes. Em nenhum desses dois casos, significa, necessariamente, que as novas definições sejam obrigatoriamente melhores ou mais avançadas que as anteriores.

Todo o pensamento envolvido nas relações internacionais e as políticas externas não foge a essa regra. As ideias concernentes a esses temas mudam no decorrer da história. A seguir, examinamos alguns fundamentos dos principais períodos das relações externas do Brasil. Ao ler, tente sempre estabelecer ligações com os dias atuais.

:: Primeiro Inglaterra, depois Estados Unidos

Desde a Independência em 1822, a política externa brasileira (PEB), com alguns episódios de maior autossuficiência, caracterizou-se pela subordinação internacional: primeiro, a dependência em relação à Inglaterra (século XIX); depois, aos Estados Unidos (século XX). Um claro indicador da dependência em relação à Inglaterra está nos números da tabela a seguir. O Brasil começou “independente” já dependendo dos recursos ingleses. Assim, construiu sua dívida externa. O capital estadunidense somente começou a ser maior que o inglês depois de 1930.

ano	capital recebido pelo Brasil (em milhões de libras)				dívida pública externa brasileira (em milhões de libras)			
	inglês	EUA	outros	total	inglês	EUA	outros	total
1825	4,1	-	-	4,1	4,1	-	-	4,1
1840	6,9	-	-	6,9	5,6	-	-	5,6
1865	20,2	-	-	20,2	13	-	-	13
1875	30,9	-	-	30,9	20,4	-	-	20,4
1885	47,6	-	-	47,6	23,2	-	-	23,2
1895	78,1	-	1,5	79,6	37,5	-	1,5	39
1905	124,4	4	35	163,4	83,3	-	5	88,3
1913-14	264,3	10,3	133	407,6	129,1	-	22,6	151,7
1930	281,6	120,4	93,3	495,3	163	76,6	13,3	252,9

Fonte: ABREU, Marcelo. *A dívida pública externa do Brasil, 1824-1931*. Depto. de Economia. PUC/RJ, 1985. p. 4.

A política externa de D. Pedro II e a primeira grande tentativa de industrialização brasileira

Como se sabe, efetivamente a industrialização brasileira ocorreu com Getúlio Vargas a partir da década de 1930. No entanto, há uma experiência anterior bastante importante de política externa ao longo dos 58 anos de reinado de D. Pedro II (1841 a 1889). Iniciada especificamente em 1844, viabilizou um notável processo de industrialização, infelizmente abortado pelo próprio D. Pedro II, em 1876.

Antecedentes: a submissão de D. João VI aos interesses ingleses e a Política Externa Dependente de D. Pedro I

Obrigados a deixar Lisboa por conta da invasão de Napoleão, toda a família real e D. João VI aportaram na cidade de Salvador a 28 de janeiro de 1808. Em 1º de abril do mesmo ano, por meio de decreto, o monarca criou tarifa alfandegária de 24% para todos os produtos importados. Dessa forma, revogou o decreto de sua mãe, Dona Maria I, que em 5 de janeiro de 1785 havia proibido a indústria no Brasil. Em 28 de abril de 1809, novo decreto isentou as exportações de manufaturados brasileiros e reduziu pela metade os direitos alfandegários das matérias-primas necessárias à construção naval, além de dar incentivos aos inventores de máquinas e oferta de crédito. Tais atos de D. João VI significaram, na prática, um enorme estímulo à nascente manufatura brasileira, ao mesmo tempo em que provocaram a contrariedade inglesa. Recordemos que este país estava em plena Revolução Industrial e necessitava vender seus produtos excedentes.

D. João VI intimidou-se e, por meio de três acordos firmados em 19 de fevereiro de 1810, reduziu a alíquota da tarifa alfandegária para 15% aos produtos ingleses. Mesmo Portugal pagaria mais: 16%. Essa nova realidade foi um desastre para a florescente indústria do Brasil.

Seu filho, D. Pedro I, não só renovou a dependência brasileira em relação à Inglaterra, como também aprofundou a subordinação econômica. O Tratado da Amizade, Navegação e Comércio, firmado em 17 de agosto de 1827 e válido por 15 anos, manteve os privilégios ingleses, servindo da mesma forma como referência a outros acordos, desfavoráveis ao Brasil, junto a nações capitalistas industriais: Áustria, Prússia, cidades hanseáticas (pertencentes à atual Alemanha e ao norte da Europa), Dinamarca, Estados Unidos e Países Baixos. Conforme sintetiza muito bem o professor Amado Luiz Cervo, era “[...] a universalização do sistema de tratados desiguais, abrindo-se o Brasil à concorrência do capitalismo industrial, de forma completa e perfeita, com o sacrifício dos instrumentos internos de defesa”.¹

Ainda no tratado de 1827, ficou estabelecido que os produtos ingleses seriam os que menos pagariam impostos em relação aos de qualquer outro país.

831-1 ¹ CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2015. p. 39.

A política externa de D. Pedro I, com o objetivo de obter o reconhecimento internacional da independência brasileira proclamada em 1822, subordinou economicamente o país com os pactos estabelecidos.

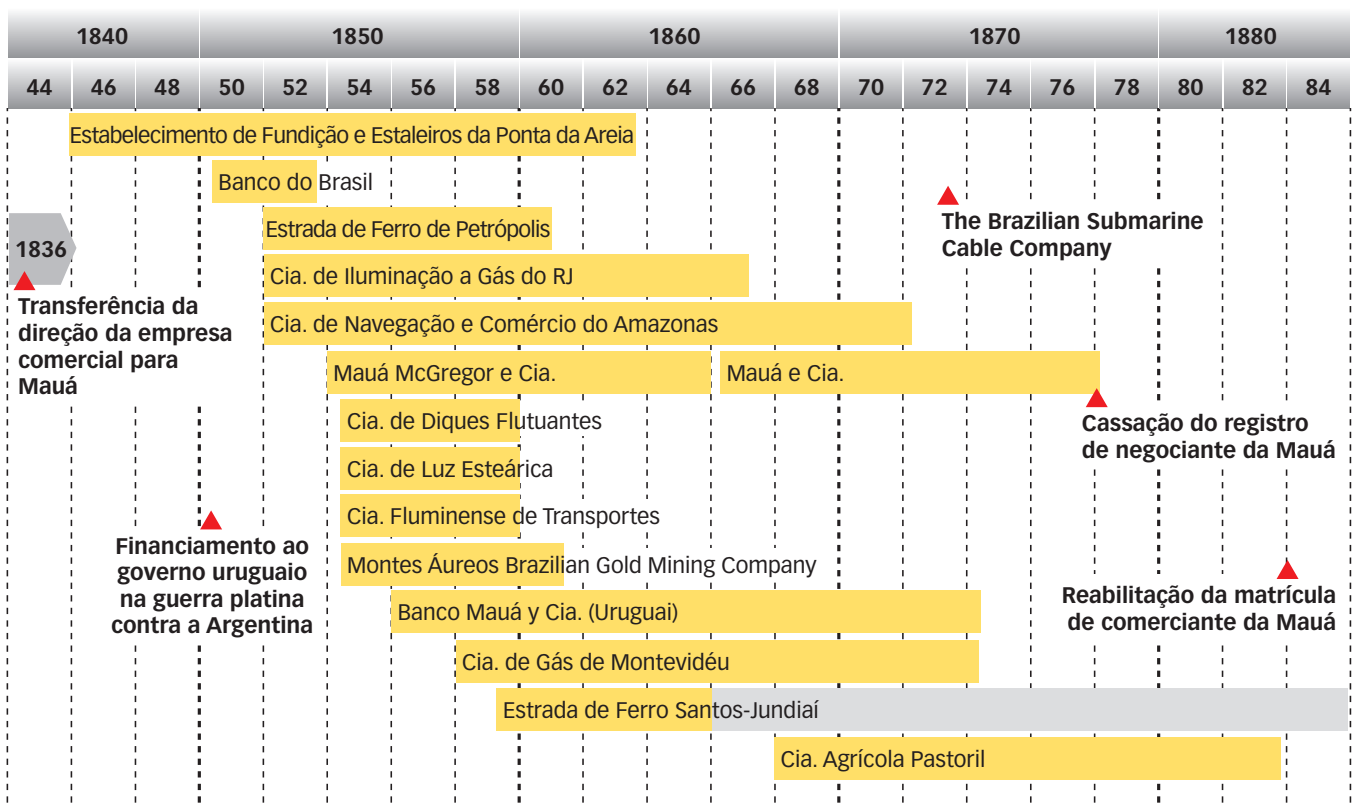
Um passo para a frente e dois para trás: ousadia e capitulação da política externa de D. Pedro II

Em 1844, a Tarifa Alves Branco elevou a taxa de importação de 15% praticada pelo Brasil desde 1810 para índices que variavam entre 30% e 60%. Esse fator, somado ao fim do tráfico de escravos em 1850 e à criação do Código Comercial no mesmo ano, incentivou excepcionalmente a indústria brasileira, além de propiciar a elevação dos recursos públicos.

O maior líder e representante desse surto industrial brasileiro na segunda metade do século XIX foi o empresário, político e abolicionista Barão de Mauá – Irineu Evangelista de Souza. Reconhecido como pioneiro na industrialização brasileira, além de banqueiro, foi o primeiro em vários setores industriais, bem como em muitos serviços públicos. No ano de 1860, Mauá controlava 17 empresas no Brasil, Uruguai, Argentina, Reino Unido, França e Estados Unidos. Sete anos depois, o valor de suas propriedades atingiu 155 milhões de libras, muito maior que a arrecadação de todo o Estado (Império) brasileiro: 97 milhões de libras.

No entanto, a mentalidade agrária e escravista da elite brasileira, somada à iniciativa do Barão em ajudar Montevidéu contra o cerco do Brasil na Guerra do Paraguai e à crise bancária de 1864, provocaram ataques de inimigos. Um dos mais fatais foi a diminuição da taxação de manufaturados importados com a Tarifa Silva Ferraz de 1860. O resultado foi a falência, após ter construído o império a seguir detalhado.

Empresas do Barão de Mauá (1840-1860)



(*) Algumas empresas não estão apresentadas na figura. São elas: as estradas de ferro da Tijuca, Bahia-São Francisco e Recife-São Francisco, o Botanical Gardens Rail Road City e a Companhia de Curtumes.

Fonte: BERTERO, Carlos Osmar e IWAI, Tatiana. Uma visita ao Barão. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, 2005.

A mesma política externa (e econômica) de D. Pedro II, que possibilitou a ascensão de Mauá e o conseqüente surto industrial do país, foi também responsável pela queda do empresário nacional e o sepultamento da industrialização brasileira, somente retomada com vigor, como já dito, na década de 1930 com Getúlio Vargas.

:: O Brasil desenvolvimentista e a política externa independente

Em nosso continente, ao longo da Guerra Fria, o conceito de **desenvolvimento** dominou boa parte das discussões no campo da política externa. A Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) foi um dos centros mais importantes desse debate no Brasil. De acordo com essa linha, o desenvolvimento se daria pela via da industrialização de origem nacional e com grande participação do Estado. Ou seja, de maneira mais autônoma e independente. É o que se denomina **desenvolvimentismo**, ou **nacional-desenvolvimentismo**.

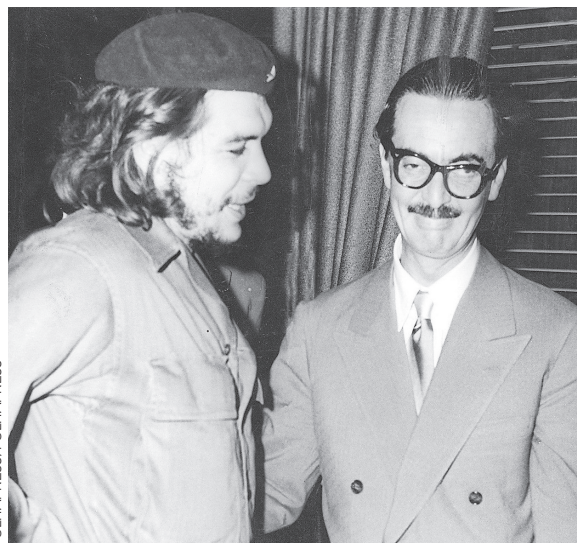


A importância da Cepal

Criada em 1948, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe é uma das cinco organizações econômicas da ONU. Com sede em Santiago do Chile, além de escritórios regionais, entre eles um em Brasília, é composta por 44 Estados-membros.

Os estudos elaborados por seus integrantes exerceram forte influência durante as décadas de 1950 a 1980. Entre os mais relevantes, estão os economistas argentino Raúl Prebisch e o brasileiro Celso Furtado. Defendiam o desenvolvimento latino-americano por meio da industrialização independente, da reforma agrária e do planejamento com coordenação e participação ativa do Estado, e respaldado no emprego, na educação e em mecanismos de proteção social.

Principalmente desde a volta de Getúlio Vargas ao poder em 1951, pelo voto popular, até o Golpe Militar em 1964, a PEB foi fortemente caracterizada pela disputa entre o desenvolvimentismo já citado e o liberalismo, que priorizava a relação com as potências tradicionais (principalmente Estados Unidos) e o tema da segurança. No entanto, ao longo dos governos de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964), a PEB foi hegemônica pelo regime **popular-desenvolvimentista**, ou seja, o que se convencionou chamar de **política externa independente** (PEI).



FOLHAPRESS/FOLHAPRESS

À esquerda o ministro Ernesto Che Guevara na cerimônia de condecoração pelo presidente brasileiro Jânio Quadros.

Jango e o auge da política externa independente

Mesmo ponderando-se que durante a presidência de Jango (1961 a 1964) tivemos cinco ministros das Relações Exteriores e que nenhum deles chegou a ficar 12 meses contínuos no cargo, a PEI alcançou seu nível mais elevado. Entre os referidos ministros, San Tiago Dantas, que comandou o Ministério das Relações Exteriores entre setembro de 1961 e julho de 1962, foi o formulador de fato da PEI.

Segundo escreveu o próprio chanceler brasileiro, a PEI era fundamentada na

consideração exclusiva do interesse do Brasil, visto como um país que aspira ao desenvolvimento e à emancipação econômica e à conciliação histórica

entre o regime democrático representativo e uma reforma social capaz de suprimir a opressão da classe trabalhadora.

Trecho citado em palestra do então ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, em 2004. "A Atualidade de San Tiago Dantas". Disponível em: goo.gl/PHQJhd. Acesso em: 10 out. 2015.

O explícito propósito de se usar a PEI com objetivos diretos para a melhoria da economia e das condições de vida da população somente seria possível com a liberdade política, bem como com a autonomia e o fortalecimento da indústria nacional. Isso, em termos de política externa, exigia não atrelamento e não subordinação a qualquer outra nação e a qualquer outro tipo de organização. Tal perspectiva feria interesses poderosos. Nesse sentido, afirmou San Tiago Dantas, "a instabilidade [...] tem sua origem [...] no sistema egoístico de um certo tipo de empresas de âmbito internacional, que perturbam o funcionamento normal dos regimes" (DANTAS, San Tiago. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 1962. p. 21-22). O ministro referia-se às empresas transnacionais.

Radicalizações dos adversários e defensores da PEI

Ao longo dos governos de Jânio Quadros e João Goulart, vários episódios acabaram caracterizando a simbologia da PEI, alguns dos quais são comentados a seguir:

- *Nacionalização da Bond and Share e da ITT*: cunhado de Jango e governador do Rio Grande do Sul, em 13 de maio de 1959 Leonel Brizola desapropriou a filial da empresa estadunidense Bond and Share (Companhia Elétrica Riograndense). Em 1962, fez o mesmo com a Companhia Telefônica Riograndense, filial da International Telephone & Telegraph (ITT), também dos Estados Unidos.
- *Emenda Hickenlooper*: muito indignado com as ações de Brizola, o Congresso dos Estados Unidos aprovou lei federal proibindo que o governo fizesse empréstimo a países que expropriassem o patrimônio de empresas estadunidenses.
- *Lei de Remessa de Lucros*: entrou em vigor em 3 de setembro de 1962 a Lei n. 4.131, que disciplinava a aplicação de capital estrangeiro e remessa de lucros ao exterior. A medida prejudicava os interesses de corporações transnacionais, particularmente

as sediadas nos Estados Unidos, mas preservava o desenvolvimento brasileiro. Na prática, limitava as remessas de lucros ao exterior a 10% do lucro líquido, o restante deveria ser reaplicado no Brasil. Foi revogada após o golpe de 1964. Em 1991, o presidente Collor de Mello reduziu de 25% para 15% o Imposto de Renda sobre remessas. O ataque final veio com a Lei n. 9.249, de 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso, que acabou completamente com o imposto sobre remessa de lucros ao exterior. De 2006 até o final de 2014, o Brasil enviou ao exterior, em forma de lucros e dividendos das empresas estrangeiras, US\$ 197,8 bilhões. Somente em 2014 foram remetidos US\$ 31,2 bilhões (Banco Central), coincidentemente o mesmo valor destinado à educação no orçamento da União.²

- *Represália econômica dos Estados Unidos*: como consequência da limitação na remessa de lucros, os Estados Unidos, no período de 1962 a 1963, diminuíram os empréstimos e a ajuda financeira ao Brasil pela metade, exceto ao governador do então estado da Guanabara, Carlos Lacerda, ferrenho opositor de Jango, Brizola e da PEI.
- *Princípio de não intervenção e recusa às sanções contra Cuba*: o governo brasileiro se opôs à aplicação de sanções contra Cuba. San Tiago Dantas continuava resguardando o respeito à autonomia das nações. Em seu livro *Política externa independente*, publicado pela Editora Civilização Brasileira em 1962, afirmou:

Com relação a Cuba, o governo brasileiro manterá atitude de defesa intransigente do princípio de não intervenção, e por considerar indevida a ingerência de qualquer outro Estado, seja sob que pretexto for, nos negócios internos.³

- *Restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS*: em 1947, o presidente Eurico Gaspar Dutra rompeu relações diplomáticas com a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Contrariando os Estados Unidos, em 23 de novembro de 1961, San Tiago Dantas retomou as relações com o regime socialista. O chanceler brasileiro justificou

² Considerando-se o valor médio de R\$ 2,644 para o dólar no mês de dezembro de 2014.

³ Para mais detalhes sobre o tema, ver a Aula 7: "Resistência cubana e as relações com os Estados Unidos".

sua posição de maneira pragmática: ampliação das exportações brasileiras e reconhecimento do princípio de não intervenção.

As concepções da PEI dos anos 1960 continuam atuais e necessárias. A globalização criou um mundo em rede altamente interdependente, com muitos territórios enriquecendo pequenos grupos privilegiados em algumas partes do planeta. Fundar uma nova globalização, com maior igualdade para todos, não só é possível como também urgente (para um maior aprofundamento, ler as aulas 1 e 2: “Globalizações”).

:: “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”

A frase acima foi dita pelo ministro das Relações Exteriores Juracy Magalhães (1966-1967), em um contexto de ditadura militar pós-golpe de 1964. Sob a presidência de Castello Branco, um dos aspectos da estratégia internacional (e também da política de segurança interna) do Brasil passou a ser o “combate ao comunismo”. Assumiu-se, assim, um fortalecimento da aliança com os Estados Unidos, voltando-se ao paradigma **americanista**, cuja expressão política e ideológica mais importante era a Doutrina de Segurança Nacional.

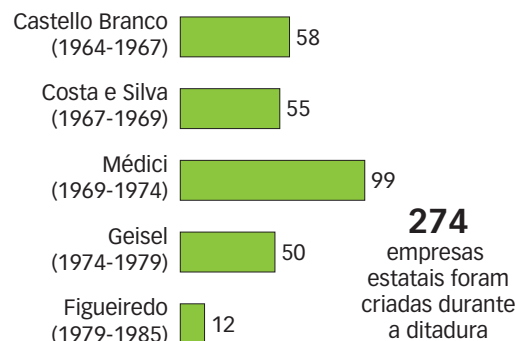
Não obstante, a partir de 1967 (Costa e Silva), a política externa retomou sua preocupação com a expectativa do desenvolvimento econômico, entretanto, com uma visão diferente da referência popular-desenvolvimentista anterior. A lógica adotada passou a ser a conquista do desenvolvimento econômico por meio da segurança nacional.

O que foi a Doutrina de Segurança Nacional (DSN)?

Desde o surgimento da Guerra Fria após o fim da Segunda Guerra Mundial, durante a disputa Leste-Oeste entre capitalismo e socialismo, os militares brasileiros incorporaram as ideias de defesa das Forças Armadas dos Estados Unidos. Dessa maneira, criaram, em 1949, a Escola Superior de Guerra (ESG), cópia da similar norte-americana, a National War College. Tendo como um de seus principais teóricos o general Golbery do Couto e Silva, as concepções que formaram a DSN entendiam a sociedade por meio de um modelo biológico como se fosse um corpo humano, cujas partes deveriam, portanto, funcionar harmonicamente.

Nesse sentido, divergências de opinião comprometeriam o “bom funcionamento” da sociedade e por isso deveriam ser combatidas como uma doença. Origina-se, conseqüentemente, uma perspectiva totalitária. Como a visão da DSN provinha de ideólogos estadunidenses, a harmonia de uma sociedade era definida pela lógica de mercado. Em outras palavras, o autoritarismo brasileiro da ditadura não permitiria questionamentos contrários ao sistema capitalista.

Em suma, a PEB assumiu um caráter **desenvolvimentista associado**, isto é, o Estado parceiro do capital estrangeiro, especialmente dos Estados Unidos, para promover a economia e a indústria do Brasil. Veja a seguir a atuação dos presidentes militares na criação de empresas estatais.



Fonte: CORRÊA, Hamilton Luiz. O estado da arte da avaliação de empresas estatais. *Folha de S.Paulo*, 2014. Disponível em: goo.gl/MuWxkO. Acesso em: 20 out. 2015.

A lógica desenvolvimentista caracterizada pela associação entre Estado e capital estrangeiro (durante a ditadura militar) provocou um enorme endividamento externo brasileiro (aumentou mais de 30 vezes: de US\$ 3,3 bilhões em 1964 para US\$ 105 bilhões em 1985). Este foi um dos principais fatores do crescimento exponencial do PIB brasileiro (cerca de 11,1% ao ano) durante o chamado “milagre econômico” (1968-1973). Essa média foi seguida de uma queda acentuada a partir de 1974 junto à explosão inflacionária. Resultado para o povo: alta concentração de renda, de acordo com o índice Gini. Em 1960, os 10% mais pobres do Brasil possuíam 1,9% da renda nacional e os 10% mais ricos, 39,6%. Em 1989, o primeiro grupo caiu para 0,8% e o segundo subiu para 50%.⁴

Em 1989, o modelo desenvolvimentista da PEB, iniciado com Getúlio Vargas em 1930, deu lugar ao modelo de inserção global subordinada.

⁴ IBGE, FGV, 1989.

:: Administrando a dependência e a PEB dos anos 1990

No pós-Guerra Fria, as teses desenvolvimentistas foram substituídas pelas liberais. Ou em sua versão atualizada, o **neoliberalismo**. Nessa opção de política econômica, tem-se como referência de maneira mais presente ainda o **mercado** (a mão invisível), teorizado por Adam Smith no século XVIII. Isto é, continua-se defendendo a sociedade ordenada pelos investimentos privados, inclusive estrangeiros e com a presença mínima do Estado. Este, na nova roupagem do liberalismo, deixa de se preocupar em garantir direitos básicos como saúde e educação, que são entregues à iniciativa privada. Outra função crucial das entidades governamentais passa a ser a desregulamentação para se criar um ambiente livre à circulação dos capitais industriais e financeiros. A famosa frase em francês expressa muito bem a essência do pensamento econômico liberal: *laissez-faire, laissez-passer, le monde va de lui même* – deixar fazer, deixar passar, que o mundo se faz por si mesmo.

Mas o que dizer quando o próprio Estado utiliza os recursos públicos para evitar a falência do sistema capitalista global? Foi exatamente isso o que os governos federais dos Estados Unidos e de países europeus fizeram em 2008: consumiram trilhões de dólares dos contribuintes para impedir a catástrofe, em outras palavras, a quebra de algumas das maiores corporações transnacionais, inclusive do setor financeiro.

Nas relações internacionais, em termos de desenvolvimento (ou subdesenvolvimento), há a versão liberal (ou weberiana)⁵ e marxista da *Teoria da Dependência*. A primeira indica que o desenvolvimento de países como o Brasil, diante da ordem mundial instalada, somente pode se dar de maneira associada ou, melhor dizendo, subordinada, no caso, à potência americana e global: os Estados Unidos. Sob esse conceito, a PEB deveria seguir a lógica da linha-mestra, daí termos o **alinhamento com autonomia** ou o **desenvolvimento associado**.

Em 1967, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso publicou com Enzo Faletto o livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, onde nega que a dependência necessariamente implica subdesenvolvimento. Em suas compreensões sobre a Teoria da Dependência, os dois sociólogos contestam a ruptura socialista como única via possível de industrialização.

Desenvolvendo o subdesenvolvimento

Na segunda metade dos anos 1960, especialmente Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Vania Bambirra, Orlando Caput e Roberto Pizarro construíram um conjunto de ideias que ficou conhecido como a Teoria da Dependência.

Essa corrente defende o fato de que não é possível haver desenvolvimento em países subdesenvolvidos, pois há uma intrínseca conexão entre as nações desenvolvidas (centrais) e as subdesenvolvidas (periféricas ou semiperiféricas). Estas justamente são subdesenvolvidas porque criam e mantêm a riqueza das desenvolvidas. Sendo, por óbvio, o inverso verdadeiro: para que as nações desenvolvidas existam, há a necessidade do “suporte” das tidas como subdesenvolvidas. Somente se houver uma ruptura do sistema capitalista, ou seja, a estruturação de uma sociedade socialista, o verdadeiro desenvolvimento pode ocorrer. Falando diretamente: o pobre cria o rico, o subdesenvolvido desenvolve o desenvolvido.

Por meio de sua política externa, o presidente Fernando Henrique Cardoso pôs em prática o que o sociólogo havia escrito. Abandonou o desenvolvimentismo (afirmava que iria acabar com a Era Vargas) acreditando que, retirando o Estado da coordenação econômica, vendendo as empresas públicas ao capital estrangeiro (muitas com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES) e realizando a abertura desenfreada da economia (todos esses projetos iniciados por Fernando Collor), conseguiria desenvolver o Brasil mesmo que de maneira subordinada, ou associada, aos centros hegemônicos (países desenvolvidos). Apesar de ter modernizado o parque industrial, acabou aumentando a desigualdade social, o desemprego e a desnacionalização da economia.

O paradigma dos anos 2000

Levando-se em consideração as diferenças históricas em relação à década de 1960, é possível afirmar que a partir de 2003 a PEB novamente adota a perspectiva desenvolvimentista. Nesse sentido, opõe-se aos preceitos da PEB liberal dos anos 1990.

Entre os principais indicadores de tal mudança, podemos

⁵ Max Weber foi responsável, com Emile Durkheim e Karl Marx, pela elaboração da sociologia moderna.

destacar a diversidade de parcerias; o foco na América do Sul; o aumento da importância política do Brasil em nível mundial; a proposição global de temas sociais inovadores como combate à fome e preservação do meio ambiente, a diplomacia presidencial engajada, entre outras iniciativas.

:: Autonomia pela diversidade⁶

Além de manter e ampliar as relações comerciais, políticas e culturais tradicionais (Europa Ocidental e Estados Unidos), o Brasil, na década de 2000, diversificou expressivamente o leque de alianças e acordos, estendendo os seus laços para América Latina, África, Rússia, mundo árabe e Cuba.

Um dos critérios para demonstrar a importância da diversidade na PEB é a evolução das exportações brasileiras, de acordo com tabela a seguir.

década	US\$ bi	evolução percentual
1990	31,4	–
2000	55,1	75,47
2010	201,9	266,41

Fonte: MDIC, elaborado pelo autor.

:: Soy loco por ti, America⁷

Na primeira década do século XXI, o foco da PEB mirou a América Latina, principalmente a região sul do continente, fato confirmado pelos números. Para a América do Sul, o Brasil exporta em grande escala produtos manufaturados. Por exemplo, em 2012 a Venezuela foi responsável pelo terceiro maior superávit do Brasil, perdendo somente para a Holanda e a China. Em 2014, o superávit comercial com o mercado venezuelano foi de US\$ 3,45 bilhões. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, empresas brasileiras têm contratos no valor aproximado de US\$ 20 bilhões de dólares com esse país.

Entra igualmente nessa lógica a participação do Brasil na construção de infraestrutura de nações da região. Por exemplo: estradas bioceânicas no Peru; a linha de transmissão entre Itaipu e Assunção; financiamento de gasodutos na Argentina; estradas na Bolívia; o porto de Mariel em Cuba, entre outros empreendimentos. As iniciativas econômicas geraram o recebimento de empréstimos feitos pelo Brasil, aumento de receitas de empresas brasileiras, elevação de impostos em território nacional e especialmente criação de

empregos. Segundo cálculos de uma construtora brasileira, somente na edificação do porto de Mariel em Cuba, um dos maiores e mais sofisticados do mundo, foram gerados 156 mil empregos diretos e indiretos no Brasil.

No campo político, é digna de referência a criação da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) em 2008. Composto dos 12 países da América do Sul, o novo bloco evidencia a busca pelo fortalecimento político dos interesses da região. Por exemplo, em 2015 os integrantes da Unasul, por unanimidade, rechaçaram a decisão do governo dos Estados Unidos em considerar a Venezuela “um problema de segurança nacional”. Ao final do encontro a organização emitiu um comunicado afirmando que a atitude do presidente Barack Obama era uma “ameaça à soberania do país e ao princípio de não intervenção nos assuntos internos dos Estados”. O surgimento da Unasul significou uma contraposição política em relação à onipotência da Organização dos Estados Americanos (OEA), indiretamente controlada pelos Estados Unidos.

Também em 2008, e proposto pelo Brasil, foi concebido no âmbito da Unasul o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). O mecanismo busca a elaboração de uma política de defesa conjunta, a troca de conhecimentos e experiências entre as Forças Armadas do continente e o estabelecimento de um complexo bélico próprio da região (sobre a geopolítica da América Latina, ver a Apostila 2). Sabe-se que a indústria da guerra é uma das mais rentáveis do planeta, sendo a maior parte dos lucros desse setor apropriada por empresas estadunidenses que, sozinhas, concentram 29% de todas as vendas mundiais (sobre a indústria bélica dos Estados Unidos, ver a Apostila 3).

:: Complexo de vira-lata

A expressão acima, criada por Nelson Rodrigues, um dos maiores dramaturgos do Brasil, refere-se à derrota da seleção brasileira de futebol na Copa de 1950. Nas palavras do escritor: “Por ‘complexo de vira-lata’ entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo [...] o brasileiro é um narciso às avessas [...]”.

Culturalmente assumimos um sentimento, herdado dos mais de 300 anos de colonialismo, de que as ações, ideias e produtos autóctones não valem ou não são bons, portanto, aquilo que vem de fora seria melhor. Essa lógica igualmente contaminou nossa posição e importância no sistema internacional. Em outros termos, a PEB acabou incorporando o “complexo de vira-lata”.

O ano 2000, na PEB, representa uma mudança contra tal postura. Um dos exemplos são os BRICS.

⁶ Expressão formulada pelos professores Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni.

⁷ Título de uma canção de Caetano Veloso e Gilberto Gil do fim da década de 1960.

O "B" dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)

Criado em 2001, inicialmente sem África do Sul (que se incorporou ao grupo em 2011), o agrupamento é visto como um dos sinais mais importantes de mudança da ordem global atual. No pós-Segunda Guerra, predominou a hegemonia dos Estados Unidos com disputa bipolar contra a então URSS.

Os Brics representam uma grande força política e econômica que direta e indiretamente questiona o sistema mundial pela maneira como hoje está organizado. Uma de suas iniciativas mais importantes foi a criação de um banco de desenvolvimento (NDB: New Development Bank ou Novo Banco de Desenvolvimento). Na VII Cúpula dos Brics ficou decidido que a sua sede seria em Xangai, China, tendo como seu presidente o indiano K. V. Kamath, e a vice-presidência ocupada pelo economista brasileiro Paulo Nogueira Batista. Veja no infográfico a seguir algumas informações relevantes sobre os Brics.

BANCO DOS BRICS

Instituição financiará projetos de emergentes



Cada país terá que contribuir com **US\$ 2 bilhões** somando US\$ 10 bi para as operações iniciais



PROPOSTA

- > Banco vai financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento
- > Países que não fazem parte do grupo vão poder tomar empréstimos



PRESIDÊNCIA

- > A presidência do banco será rotativa, com mandato a cada cinco anos
- > O primeiro país a indicar o ocupante do cargo é a Índia



RECURSOS

- > Os sócios se comprometem a injetar US\$ 50 bi em capital, que pode chegar a US\$ 100 bi. Para comparação, o BNDES tem US\$ 334 bi em ativos



OS BRICS E AS LIBERDADES

Bloco diverge bastante sobre direitos a civis

	ELEIÇÕES DIRETAS	LIBERDADE DE IMPRENSA Posição entre 180 países, da Repórteres sem Fronteiras	LIBERDADES CIVIS Da Freedom House	DIREITOS GAYS Em uma escala de 0 a 5, do Guardian	CORRUPÇÃO Posição entre 177 países, em 2013, da Transparência Internacional
BRASIL	Sim	111	livre	2	72
RÚSSIA	Sim, porém com restrições à oposição	148	não livre	1	127
ÍNDIA	Sim	140	livre	0	94
CHINA	Não, vive sob uma ditadura de regime	175	não livre	1	80
ÁFRICA DO SUL	Sim	42	livre	4	72

ARTE AE

Fonte: Alex Argozino. Editoria de Arte, Folhapress, 2014. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/07/1486285-xangai-sera-a-sede-do-banco-de-desenvolvimento-dos-brics.shtml. Acesso em: 29 nov. 2015.

Trata-se de uma importante forma de os países dos Brics se protegerem contra desequilíbrios externos, garantindo o desenvolvimento interno. Outra iniciativa, com ativa participação do Brasil, foi o Tratado do Arranjo Contingente de Reservas (CRA: *Contingent Reserve Arrangement*) no valor de US\$ 100 bilhões (US\$ 41 bilhões da China, US\$ 18 bilhões do Brasil, Rússia e Índia e US\$ 5 bilhões da África do Sul). Esse fundo servirá para rápidas reações a movimentos do capital financeiro global que possam prejudicar as economias dos Brics. As duas ações empreendidas pelo bloco desagradaram os Estados Unidos e a Inglaterra, países responsáveis pelo FMI e pelo Banco Mundial.

“Não fala fino com Washington e não fala grosso com a Bolívia e o Paraguai”

Dita por Chico Buarque, a frase acima tenta traduzir o espírito que tem marcado a PEB nos últimos anos. Longe de ter significado uma ruptura radical com o período neoliberal anterior, a estratégia internacional do governo brasileiro a partir do primeiro governo Lula assumiu uma nova postura que também pode ser bem traduzida pela expressão referida anteriormente: **autonomia pela diversidade**. Em outras palavras, não se recusam as alianças tradicionais (Europa Ocidental e Estados Unidos), mas se realizam acordos com todas as nações interessantes para o Brasil sem que seja necessário pedir “autorização” nem abandonar as alianças históricas. Não poucas vezes, a PEB, nesse período, pareceu ser mais progressista do que algumas das políticas domésticas, entre elas, a econômica.

Há vários exemplos da PEB característicos desse novo momento:

- a persistência e a articulação para integrar permanentemente o Conselho de Segurança da ONU;
- o comando da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO);
- a liderança do G20 comercial para a defesa dos interesses agrícolas dos países em desenvolvimento e combate à crise de 2008;
- a transformação de devedor para credor no FMI, tendo um brasileiro entre os seus 24 diretores executivos;
- o estreitamento de laços com o mundo árabe por meio da criação de um foro internacional: a Cúpula América do Sul-Países Árabes (Aspa);
- a oposição à invasão do Iraque pelos Estados Unidos em 2003;

- o apoio e a participação governamentais nas edições do Fórum Social Mundial;
- o papel fundamental no engavetamento da Área de Livre Comércio das Américas (Alca);
- o regaste, a consolidação e a ampliação do Mercosul (ler a aula 6, “Bolivarianismo e o discurso de outras lógicas: Bolívia, Equador, Venezuela, Argentina e Uruguai”);
- a participação vital na criação do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (Ibas); e
- o empoderamento mundial de temas sociais, antes fora da agenda global, como a erradicação da fome e a sustentabilidade ambiental.

Um capítulo à parte: a conflituosa relação com os Estados Unidos

Não é privilégio brasileiro ter, historicamente, uma relação cheia de altos e baixos com os Estados Unidos ou até mesmo contraditória, com muitos momentos de subordinação (a maioria deles), outros bastante apáticos e poucos permeados por atos de maior autonomia.

:: Operação *Brother Sam*

No início dos anos 1960, o então presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, não admitia que fosse criada uma “nova Cuba” nas Américas. Mais do que isso, uma guinada do Brasil para a esquerda não produziria simplesmente uma “nova Cuba”, mas sim uma “nova URSS”, em razão das dimensões e potencialidades do Brasil, bem no “quintal” da superpotência capitalista. Isto é, tratava-se de uma situação absolutamente inaceitável.

Apesar de não admitida oficialmente, o governo dos Estados Unidos (aliás, primeiro a reconhecer o governo ditatorial brasileiro em 1964) pôs de prontidão uma logística militar de apoio à intervenção militar. Era a chamada operação *Brother Sam*. Segundo matéria do jornalista Marcos Sá Corrêa, publicada pelo *Jornal do Brasil* em 19 de dezembro de 1976, o aparato posto à disposição dos militares e civis “revolucionários” consistia em:

um porta-aviões, seis destróieres, um navio para transporte de helicópteros e quatro petroleiros: petroleiro *Santa Inez* com 40 mil barris de gasolina comum, 15 mil

barris de gasolina de aviação, 33 mil barris de óleo diesel e 20 mil barris de querosene [...] outro petroleiro, o *Chepocket*, traria 35 mil barris de querosene, 40 mil de gasolina comum e 33 mil da gasolina de aviação. O terceiro barco, *Hampton Road*, carregaria 150 mil barris. E o quarto, *Nash Bulk*, 56 mil barris de gasolina comum, 39 mil de gasolina de aviação e 92 mil de querosene. E ainda seis aviões de carga, oito de abastecimento, um de comunicações, oito caças e um posto de comando aerotransportado, além de 110 toneladas de armas e munições.



U. S. FEDERAL GOVERNMENT/
WIKIMÉDIA COMMONS

Porta-aviões *Forrestal*, da marinha dos Estados Unidos, enviado pelo presidente Lyndon Johnson (sucessor de Kennedy) à costa brasileira para assistência aos golpistas contra Goulart.

Lincoln Gordon exerceu o cargo de embaixador dos Estados Unidos no Brasil entre 1961 e 1966. Falecido em 2009, publicou em 2002 o livro *A segunda chance do Brasil: a caminho do Primeiro Mundo*. Nele, Gordon faz confirmações interessantes sobre a reunião com Kennedy na Casa Branca: “O mais importante é ao mesmo tempo organizar as forças tanto políticas quanto militares para reduzir o poder de Goulart [...] ou, em uma situação extrema, destituí-lo [...]”. (BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Que revelação é essa?, *Revista Carta Capital*, ed. eletr., 11 jan. 2014. Disponível em: goo.gl/iwMxby. Acesso em: 10 out. 2015.)

Vê-se que a preocupação e a disposição para intervenção eram reais. No entanto, como João Goulart não resistiu, não foi necessária a deflagração da operação *Brother Sam*. Os arquivos oficiais, reservados, secretos e ultrassecretos referentes ao histórico acontecimento estão todos disponíveis na biblioteca Lyndon Baines Johnson, na cidade de Austin, no Texas, Estados Unidos.

Na época, a forte influência e participação do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, nos eventos do golpe de 1964 fizeram surgir a seguinte frase: “Basta de intermediários – Lincoln Gordon para presidente”. Apesar dos detalhes que se pode questionar, é inegável a ingerência direta do governo dos Estados Unidos em assuntos internos e vitais da sociedade brasileira.

:: Estados Unidos: nada está fora de nosso alcance!



REPRODUÇÃO

A inscrição “Nothing is beyond our reach” (Nada está fora de nosso alcance) faz parte do logotipo (ver foto anterior) de um dos satélites dos Estados Unidos lançado em 2013. A empresa responsável é a estatal National Reconnaissance Office (NRO), criada secretamente em 1961 como resposta ao lançamento do satélite soviético *Sputnik*. Desde então, dezenas de satélites foram lançados, com o objetivo de intensificar o poder de “monitoramento” global.

É mais do que sabido que o governo dos Estados Unidos controla uma vasta e sofisticada estrutura de produção, obtenção e troca de conhecimento, ciência, cultura e informações (ler “Hollywood, Bollywood e Nollywood” nas aulas 1 e 2, “Globalizações”, e a Apostila 3) para que nada nem ninguém possa lhe passar despercebido ou também para que as ideias de seu interesse possam atingir qualquer território. *Drones*, Google, National Security Agency (NSA), Facebook, *softwares* de monitoramento e vigilância (como *xkeyscore*, *prism* etc.), os melhores institutos de pesquisa e universidades sustentam o mais refinado sistema de informação criado pela humanidade.

Em 1948, o escritor inglês George Orwell publicou o romance *1984* e nele apresentou uma sociedade controlada por um ditador que tudo vê, conseguindo, assim, manipular e governar o mundo. Esse papel hoje seria exercido por empresas privadas e organizações públicas, ambas coordenadas pelo governo dos Estados Unidos. Interessante notar que quem pretensamente mais defende a liberdade de expressão e a democracia tenta vigiá-la de maneira absoluta.

A partir dos anos 2000, dois fatos muito importantes desnudaram parte da política externa dos Estados Unidos em sua estratégia de manutenção do poder global.

Referem-se às denúncias do jornalista australiano Julian Assange com seu *site* desde 2006, e de Edward Snowden, ex-administrador de sistemas da CIA e ex-contratado da NSA. Ambos passaram a divulgar arbitrariedades de várias lideranças mundiais, empresas multinacionais e governos, entre eles, com bastante destaque, os Estados

Unidos. A ousadia lhes conferiu uma série de graves represálias sistemáticas, perseguições e até ameaças de morte (ler a aula 10, "Hegemonia cultural e vigilância global"). Entre os espionados estavam a presidenta Dilma Rousseff, membros do primeiro escalão do governo brasileiro e empresas estatais como a Petrobras.



EXERCÍCIO

1. (Fuvest) Durante o Império, a economia brasileira foi marcada por sensível dependência em relação à Inglaterra e a outros países europeus. Essa situação foi alterada em 1844 com:
 - a) a substituição do livre-cambismo por medidas protecionistas, através da Tarifa Alves Branco.
 - b) a criação da Presidência do Conselho de Ministros, que fortaleceu a aristocracia rural.
 - c) a aprovação da Maioridade, que intensificou as relações econômicas com os Estados Unidos.
 - d) a eliminação do tráfico de escravos e a consequente liberação de capitais para novos investimentos.
 - e) o estabelecimento do Convênio de Taubaté com a intervenção do Estado na economia.



ESTUDO ORIENTADO



Caro(a) aluno(a),

Após a leitura atenta dos textos anteriores, as atividades propostas a seguir, se praticadas com dedicação, possibilitarão a incorporação dos conceitos mais importantes da geopolítica brasileira.

Além dos **exercícios** oriundos dos mais importantes exames vestibulares e do Enem, é fundamental que você, estudante, busque resolver o máximo possível de testes. Como se sabe, eles podem ser encontrados na internet.

Considerando a evolução histórica global, o texto da **Roda de leitura** oferece uma visão da política desenvolvimentista. Escrito por um dos principais teóricos sobre o tema, o autor explica como poderia funcionar a economia para a construção de uma sociedade capitalista mais justa.

As afirmações contidas na **Ágora**, de San Tiago Dantas, sintetizam não só a PEI do início dos anos 1960, mas também, em muitos aspectos, a PEB a partir da primeira década do século XXI. Essa é uma ótima oportunidade para se refletir e debater os significados e sentidos essenciais das aulas 3 e 4.

Na **Senha** você poderá estabelecer as conexões entre o Brasil e as demais regiões da América Latina.

Bons estudos!



EXERCÍCIOS

1. (Mackenzie) Foram características do breve governo Jânio Quadros em 1961:
 - a) a política externa totalmente alinhada aos interesses norte-americanos.
 - b) a ausência de medidas anti-inflacionárias, gerando forte pressão do FMI.
 - c) o estilo personalista e polêmico do presidente, além da oposição conservadora à política externa independente de seu governo.
 - d) a intensa colaboração entre presidente e Congresso nas questões administrativas.
 - e) a total dependência política do presidente em relação ao seu partido, a UDN.

2. (UFF) “Brasil, ame-o ou deixe-o” foi um dos célebres *slogans* do regime militar, em torno de 1970, época em que o Governo Médici divulgava a imagem do “Brasil Grande” e proclamava o “Milagre Econômico” que faria do país uma grande potência. Assinale a opção que melhor caracteriza a política econômica correspondente ao chamado “Milagre”.
- Fusão do capital industrial e do bancário, gerando monopólios capazes de impor preços inflacionários, dos quais resultaram o crescimento econômico e o aumento do mercado consumidor nos grandes centros urbanos.
 - Desenvolvimento de obras de infraestrutura, a exemplo de hidrelétricas e rodovias, com base na poupança nacional e no investimento de bancos públicos.
 - Crescimento econômico e aquecimento do mercado de bens duráveis ancorados em políticas salariais redistributivas e na indexação de rendimentos do mercado financeiro.
 - Elevados investimentos no setor de bens de capital e na indústria automobilística, combinados a uma vigorosa agricultura comercial de médio porte.
 - Incentivo à entrada maciça de capitais estrangeiros, combinada ao arrocho salarial, resultando em elevados índices de crescimento econômico e inflação baixa.
3. (UFF) Em outubro de 1994, embalado pelo sucesso do Plano Real, Fernando Henrique Cardoso foi eleito Presidente da República. Em seu discurso de despedida do Senado, se comprometia a acabar com o que denominava “Era Vargas”: “[...] Eu acredito firmemente que o autoritarismo é uma página virada na história do Brasil. Resta, contudo, um pedaço do nosso passado político que ainda atravanca o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da Era Vargas” (14 dez. 1994).
- O presidente eleito governou o Brasil por dois mandatos, iniciando a consolidação da política neoliberal no país, principiada pelos presidentes Collor e Itamar Franco. Sobre os dois mandatos (1995-2002), pode-se afirmar que se caracterizam:
- pela manutenção do poder aquisitivo dos que se aposentavam; estabelecimento do monopólio nacional sobre as telecomunicações, através das empresas estatais; e nacionalização do sistema financeiro.
 - pelo elevado crescimento econômico, com média anual de cerca de 5% ao ano; grande investimento em infraestrutura e educação; distribuição de renda; e aumento da capacidade econômica do Estado.
 - pela política social de inclusão, com a criação da Bolsa Família; facilitação do ingresso de carentes na Universidade; restrição aos investimentos estrangeiros; e elevados incentivos à agricultura familiar.
 - pelo rompimento com a política econômica originada pelo “Consenso de Washington”; consolidação do sistema financeiro estatal; e reforço da legislação trabalhista gestada na primeira metade do século XX.
 - pelo limitado crescimento econômico; privatização das empresas estatais; diminuição do tamanho do Estado; e apagão energético, que levou ao racionamento e ao aumento do custo da energia.



RODA DE LEITURA

A Cepal, como vimos, é uma entidade de caráter latino-americano, portanto, internacional. Em âmbito nacional, havia também o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). Criado em 1955, era um órgão público ligado ao então Ministério da Educação e Cultura. Constituiu-se como um dos principais centros de elaboração e defesa do pensamento desenvolvimentista que, como também estudamos, produziu intensa influência na PEI do início da década de 1960. Foi extinto em 1964 com o Golpe Militar. Entre suas fileiras encontravam-se alguns dos mais importantes intelectuais da época, como Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes e Nelson Werneck.

O texto a seguir é um trecho de artigo escrito por Luiz Carlos Bresser-Pereira: “O conceito de desenvolvimento do Iseb rediscutido”, apresentado em 2004 no IX Encontro Nacional de Economia Política. Leia-o com atenção:

Desenvolvimento é revolução capitalista

No pensamento do Iseb havia um conceito de desenvolvimento que tomava emprestadas ideias de Marx, de Schumpeter e do estruturalismo latino-americano de Raul Prebisch e Celso Furtado, sem, entretanto, se preocupar em ser fiel a qualquer uma destas visões. O desenvolvimento é um processo de acumulação de capital e de incorporação de progresso técnico por meio do qual a renda por habitante ou, mais precisamente, os padrões de vida da população aumentam de forma sustentada. Para o Iseb, assim como para a Cepal, desenvolvimento era industrialização, mas, mais do que isto, era o processo mediante o qual o país realizava sua revolução capitalista. Para Marx, era um processo

integrado de desenvolvimento econômico, social e político. Para Schumpeter, tinha como agentes os empresários e não significava simplesmente aumento da renda *per capita*, mas transformações estruturais da economia e da sociedade. Entretanto, todo esse processo só fazia sentido nos quadros econômicos da revolução capitalista e nos marcos políticos da formação de um Estado-nação moderno: o desenvolvimento acontecia em um mercado capitalista definido e regulado pelo Estado.

A ideia de revolução capitalista, emprestada do materialismo histórico, estava na base do pensamento do Iseb, embora sem nenhuma ortodoxia, e com um papel maior para os aspectos culturais e ideológicos. Como não havia preocupação com “fidelidade”, os autores do Iseb não precisavam reinterpretar Marx, mas tinham clara a ideia da revolução burguesa deste, e sabiam que esta ocorre em duas fases – a do mercantilismo e a do capitalismo industrial –, e que só a segunda produz efetivamente o desenvolvimento. Furtado veria esse fenômeno com mais clareza ainda em seu clássico *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961: cap. 3), mas no pensamento do Iseb e, particularmente, de Ignácio Rangel, Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe, já é possível perceber que a superação do subdesenvolvimento, na medida em que é industrialização, depende da superação do capitalismo mercantil. É verdade que Rangel, em sua teoria da dualidade (1957; 1962; 1981), cria uma certa confusão ao falar em feudalismo no Brasil, mas para ele o latifúndio colonial era “feudal” apenas internamente; externamente, dada a “dualidade básica da economia brasileira”, era mercantil. Ora, o capitalismo mercantil já tem o lucro como objetivo claro da atividade econômica, mas não definiu ainda o aumento da produtividade como o meio por excelência para alcançá-lo. Para o mercantilismo, o monopólio derivado do comércio de longa distância, ou dos privilégios outorgados pelo rei, é suficiente para garantir o lucro mercantil. É só a partir da Revolução Industrial que a revolução capitalista se completa, e que os lucros alcançados em mercados predominantemente competitivos passam a depender da incorporação sistemática de progresso técnico à produção. É com a passagem do capitalismo mercantil para o industrial que as duas características essenciais do desenvolvimento econômico – a acumulação capitalista com incorporação sistemática de progresso técnico – se materializam, provocando o crescimento sustentado da renda por habitante e a melhoria dos padrões de vida da população. É também nesse momento que o agente por excelência do desenvolvimento, o empresário industrial, se configura. No

Brasil, segundo o Iseb, esse processo histórico começa propriamente em 1930. Antes, entre o Descobrimento e 1808/1821, o Brasil havia sido um país colonial, e, a partir da independência política, semicolonial.

O desenvolvimento que emerge da revolução capitalista é “sustentado” porque, a partir de então, a acumulação de capital e o progresso técnico se tornam condição de sobrevivência das empresas. Ao contrário do que acontecia no capitalismo mercantil, a empresa que não continua a investir na modernização de seu sistema de produção e de seus produtos e serviços perecerá. A partir desse raciocínio, era razoável que o Iseb e a Cepal supusessem que, depois da industrialização, o desenvolvimento se tornaria praticamente automático.

Refleta:

De acordo com o texto anterior, com o texto da aula e com o que já aprendeu em História, o Brasil fez sua revolução capitalista? Se sim, ela é independente e autônoma ou tem outra característica? Qual é a relação atual que se pode estabelecer entre indústria e bem-estar social no Brasil? Há diferenças entre a industrialização brasileira e a de países de capitalismo central? O que isso tem a ver com a PEB? Enfim, propomos aqui que você pondere e sugira a elaboração de ideias para políticas públicas que melhor possam encaminhar essa questão no Brasil.

Professor(a), verificar resposta na página 38.



NAVEGAR

:: Livros

BUENO, Clodoaldo e CERVO, Amado Luiz. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 2002.

Sem abrir mão de outros títulos, um dos melhores, senão a melhor obra sobre a história da política externa brasileira, é um livro de Clodoaldo Bueno e Amado Luiz Cervo, reconhecidamente entre os melhores estudiosos das relações internacionais no Brasil, com vários livros e artigos de grande qualidade. Têm igualmente enorme destaque na academia como professores e pesquisadores. A obra em questão abrange desde 1822 até o início do primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sua leitura é imprescindível para quem quer realmente se aprofundar no assunto.



REPRODUÇÃO

Sobre as relações Brasil e Estados Unidos:

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *As relações Brasil-Estados Unidos.* Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

A autora é uma das mais importantes especialistas brasileiras em política externa dos Estados Unidos. Nessa obra, ela destaca as mudanças nas relações internacionais do Brasil com o país norte-americano durante o período Lula e a primeira gestão de Dilma Rouseff.



REPRODUÇÃO

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos – De Collor a Lula, 1990-2014.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

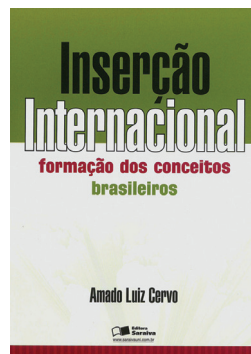
O historiador e cientista político examina as relações bilaterais Brasil-Estados Unidos nos governos Collor, Itamar e Lula.



REPRODUÇÃO

AMADO, Luiz Cervo. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros.* São Paulo: Saraiva, 2008.

Para quem quiser conhecer mais os conceitos e definições que orientaram a política externa brasileira, essa obra é essencial.



REPRODUÇÃO

:: Sites

Entre alguns dos *sites* e blogs interessantes que debatem a política externa brasileira e as relações internacionais em geral, além de recomendarmos novamente os indicados nas aulas 1 e 2, sugerimos também:

Ministério das Relações Exteriores

Disponível em: itamaraty.gov.br. Acesso em: 20 out. 2015. Site oficial do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

É uma fonte muito interessante para entender tanto a estrutura desse importante órgão público como também as políticas em vigor nesse campo e a diplomacia brasileira nos mais diversos setores.

Fundação Alexandre de Gusmão (Funag)

Disponível em: funag.gov.br/pt_br/. Acesso em: 20 out. 2015. Fundação ligada ao Ministério das Relações Exteriores. Oferece várias informações e novidades pertinentes às relações internacionais brasileiras. Além disso, disponibiliza, para *download* gratuito, obras completas de excelente qualidade sobre o tema.

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas”

Disponível em: santiagodantassp.locaweb.com.br/novo/publicacoes/itemlist/category/54-outras-publicacoes.html e santiagodantassp.locaweb.com.br/novo/dissertacoes-e-teses.html. Acesso em: 20 out. 2015.

Tendo iniciado o curso de mestrado em 2003 e o de doutorado em 2010, o Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas oferece, com acesso livre, um importante conjunto de publicações específicas, além das dissertações e teses produzidas. Nos endereços eletrônicos, pode-se encontrar material diverso com as últimas produções científicas sobre a política externa brasileira e relações internacionais em geral.

Podcast Unesp

Disponível em: podcast.unesp.br/podmundo. Acesso em: 20 out. 2015.

Organizado pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), o *site* oferece várias entrevistas breves, mas muito interessantes e informativas, com especialistas a respeito da política externa brasileira e relações internacionais em geral.

Wikileaks

Disponível em: www.wikileaks.org. Acesso em: 20 out. 2015. Apesar de estar em inglês, vale o esforço consultar o *site*. Nele, tanto é possível treinar o idioma como especialmente pesquisar conteúdos até pouco tempo sigilosos, principalmente pertinentes à política externa dos Estados Unidos e que tratam dos mais variados assuntos e regiões, inclusive do Brasil.

:: Filmes

Por meio de uma seleção cuidadosa na internet, especificamente no YouTube, é possível encontrar vários documentários e filmes sobre os autores e tópicos vistos na presente aula. Sugerimos alguns:

Um dos teóricos do desenvolvimentismo, Theotônio dos Santos apresenta suas ideias. Disponível em: goo.gl/otejUw. Acesso em: 20 out. 2015.

Apesar de ser um vídeo bastante curto, sintetiza, pelas próprias palavras de Fernando Henrique Cardoso, sua visão a respeito da Teoria da Dependência. Disponível em: goo.gl/p9pzvh. Acesso em: 20 out. 2015.

Mauá: o Imperador e o Rei.

Direção: Sérgio Rezende. Brasil, 1999.

O filme, lançado em 1999, retrata muito bem a trajetória de um dos maiores capitalistas do Brasil: Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá. Conforme debatemos no texto, sua experiência significou a primeira tentativa efetiva de industrializar o país. Disponível no YouTube.



REPRODUÇÃO

De maneira bastante apropriada, o embaixador brasileiro Samuel Pinheiro Guimarães fala sobre o sistema internacional em geral, a política externa brasileira e assuntos correlatos. Disponível em: goo.gl/EItp5p. Acesso em: 20 out. 2015.

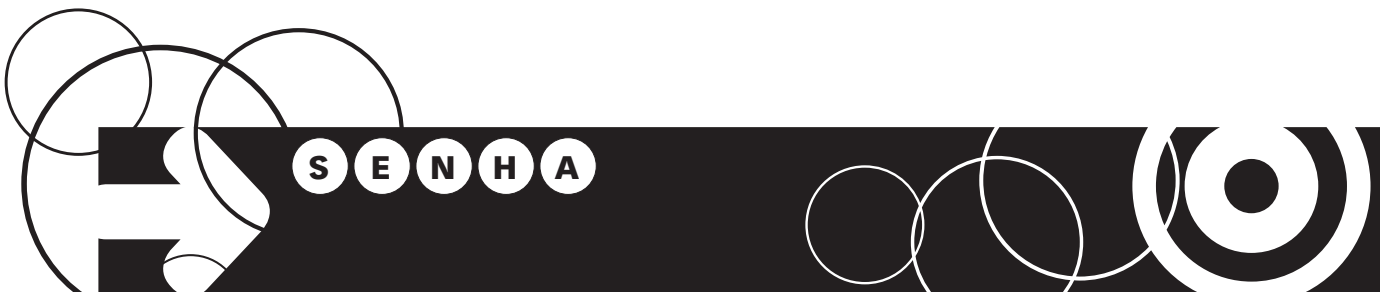
→ ÁGORA

Nada é mais difícil do que ser independente, [...] estamos empreendendo em nosso país, que é tarefa simples, e, entretanto, difficilima, de fazer com que o Brasil seja governado pelo interesse e pela vontade dos brasileiros.

San Tiago Dantas,
Ministro das Relações Exteriores, 1961.

Quais são as relações possíveis entre a PEI dos anos 1960 e a atual política externa do Brasil? Há semelhanças? Há diferenças? Hoje estamos mais próximos de uma proposta desenvolvimentista ou liberal? No mesmo sentido, quais são as relações entre a atual política externa brasileira e a economia nacional? Discuta com seus colegas por meio de um debate. Se possível, forme grupos para defender diferentes pontos de vista. Por fim, pede-se que cada grupo entregue um texto dissertativo demonstrando os argumentos adotados.

Professor(a), verificar resposta na página 38.



A política externa brasileira, salvo raras exceções, sempre esteve subordinada a interesses internacionais. Podemos aplicar essa afirmação ao restante da América Latina? Quais são as consequências desse período para o presente e o futuro de nosso continente? Como "consertar" as implicações dessa realidade?



Aulas 1 e 2

:: Estudo orientado

1. b

2.
 - a) Tendo ciência de que a globalização não possui somente seu aspecto econômico, mas respondendo diretamente à questão, o(a) aluno(a) deverá fornecer os seguintes pontos como características atuais da economia capitalista globalizada (a chamada Nova Ordem Mundial):
 - altíssima e crescente concentração da riqueza, inclusive em países centrais ou ditos desenvolvidos. Os Estados Unidos são o principal exemplo;
 - elevada desregulamentação do mercado financeiro, permitindo que os capitais bancários circulem livremente pelo planeta em busca das maiores vantagens (taxas de juros mais altas). Esse quadro tem levado a uma financeirização da economia mundial em detrimento dos capitais produtivos, como o industrial;
 - comando da economia por poucas e gigantescas corporações transnacionais (conectadas em rede global) e organizações internacionais, predominantemente: Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI);
 - continuidade das grandes desigualdades (assimetrias) entre os países, especialmente na relação Norte-Sul, apesar da crescente importância econômica dos chamados emergentes, notadamente os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Nesse exemplo, os BRICS patrocinaram iniciativas muito importantes, como a criação de um banco de desenvolvimento (*New Development Bank* – NDB) e de um fundo financeiro global (*Contingent Reserve Arrangement* – CRA). Respectivamente, a intenção é oferecer alternativa ao Banco Mundial e FMI;
 - permanência de blocos econômicos regionais, como o Mercosul, União Europeia e tantos outros.
 - b) No neoliberalismo, as nações, em sua maioria, seguem o modelo democrático representativo. Essa forma política nem sempre condiz com a vontade da maioria, ou seja, da população. Outros modelos democráticos poderiam ser pensados como elementos de democracia direta.

Além disso, os gestores das organizações responsáveis pela economia global (corporações transnacionais e entidades globais: FMI, OMC etc.) não são eleitos. Logo, as principais decisões políticas planetárias são antidemocráticas, mesmo no limitado sentido da democracia representativa.

Igualmente, as referidas organizações e corporações responsáveis pela economia global não são transparentes nem são fiscalizadas, monitoradas e auditadas de maneira independente. Quer dizer, a população mundial está totalmente excluída de qualquer controle sobre o que fazem.

3.
 - a) Os mais importantes são os Estados Unidos, o Japão e as nações da Europa Ocidental, como Inglaterra, França e Alemanha, mas podemos citar também países emergentes como a China e o Brasil.
 - b) São as seguintes:
 - organizam-se globalmente em rede (mais horizontalmente com menos burocracia, formalidade e hierarquia);
 - atuam em intrínseca parceria com o capital financeiro, o que é normalmente predominante;
 - desejam a máxima diminuição possível de quaisquer barreiras (comercial, alfandegária, trabalhista, financeira etc.) para que possam agir livremente em qualquer país;
 - transferem a produção propriamente dita de seus serviços e produtos para países periféricos ou semiperiféricos. Além disso, a criação intelectual desses produtos e serviços se concentra em seus respectivos países-sedes, o que tem tornado as corporações transnacionais proprietárias de marcas.

4. As três questões já foram direta ou indiretamente abordadas nos exercícios anteriores. A intenção aqui é estimular o fortalecimento das ideias e dos conceitos já discutidos e apreendidos. São três propostas de dissertação para o(a) aluno(a) escolher. A primeira aborda o aspecto cultural da globalização. Padrões, ideias, pensamentos e comportamentos de determinadas localidades (produzidos por indivíduos ou empresas ou cidades ou países) tornam-se globais ao serem inseridos (ou incorporados) em várias outras localidades espalhadas pelo mundo, quer dizer, os hábitos e costumes são homogeneizados.

A segunda trata da relação entre Estado e corporações transnacionais. O primeiro perde poder político e se enfraquece diante do poder econômico das referidas multinacionais. Já as transnacionais passam a ter grande poder político ao pressionar economicamente os governos nacionais e subnacionais (estaduais e multinacionais). Logo, as fronteiras nacionais se enfraquecem na medida em que os Estados se enfraquecem e as corporações se fortalecem, pois elas aumentam muito o poder sobre a economia e o comércio entre os países, tornando-se seus controladores.

A terceira proposta de redação é muito discutida, pois trata-se da enorme concentração de riqueza por pouquíssimos indivíduos e/ou empresas. O aumento da riqueza não significa sua distribuição, pelo contrário. Há dados abundantes que demonstram essa realidade, por exemplo, as pesquisas de Thomas Piketty no livro *O capital no século XXI* e as informações divulgadas pela organização não governamental inglesa Oxfam: em 2014, 80 cidadãos possuíam a mesma riqueza que metade da humanidade, quer dizer, mais de 2,5 bilhões de pessoas.

:: Roda de leitura

A regulação da mídia é também um tema atual e polêmico não só no Brasil, mas na América Latina e no mundo em geral. Para a elaboração da proposta solicitada, o(a) aluno(a) deverá considerar as aulas, notadamente o aspecto cultural da globalização, o texto de Barber e os debates no Brasil a respeito do tema democratização dos meios de comunicação. É ainda fundamental que o aluno esteja atualizado e com o melhor nível possível de conhecimentos gerais, por isso é essencial sempre manter-se informado utilizando fontes reconhecidas e confiáveis. Para a proposta o(a) aluno(a) deverá estar atento, por exemplo, à discussão entre regulação e censura, controle social, diminuição da concentração (monopólio), propriedade cruzada, participação de grupos estrangeiros etc. Como uma referência concreta pode-se remeter ao Projeto de Lei da Mídia Democrática (www.paraexpressaraliberdade.org.br), ao Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (www.fndc.org.br) e às propostas aprovadas pela plenária final da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada em 2009.

:: Ágora

O(a) aluno(a) deverá mostrar que domina os principais conceitos desenvolvidos nas aulas 1 e 2, de maneira suficiente para debater se a atual globalização é positiva ou não. Em outras palavras, deverá discorrer sobre a quem ela beneficia, de que maneira e, caso necessário, se deve ser modificada, como e por quem.

Aula 3

:: Estudo orientado

1. c
2. e
3. e

:: Roda de leitura

O(a) aluno(a) novamente é solicitado a elaborar propostas de políticas públicas. É claro que se trata de um breve esboço. O objetivo central é perceber se os conceitos básicos da aula foram compreendidos e analisar a capacidade argumentativa e habilidade em transformar os conhecimentos teóricos adquiridos em aplicação prática para a coletividade. Entre os conceitos necessários para o(a) aluno(a) corresponder a esta questão estão:

- Identificar as diferentes formas de estabelecimento e características do capitalismo no Brasil e em países de capitalismo central ou clássico;
- definir bem-estar social e as diversas maneiras de industrialização construídas pelas nações;
- relacionar a política externa brasileira com os processos de constituição do capitalismo industrial.

:: Ágora

Neste momento, e como síntese do aprendizado, o(a) aluno(a), já dominando os conceitos essenciais das aulas 3 e 4, deverá comparar as relações externas do Brasil das décadas anteriores (1960-1990) com a política externa da atualidade (2000-hoje). Para isso são propostas questões específicas a serem seguidas.